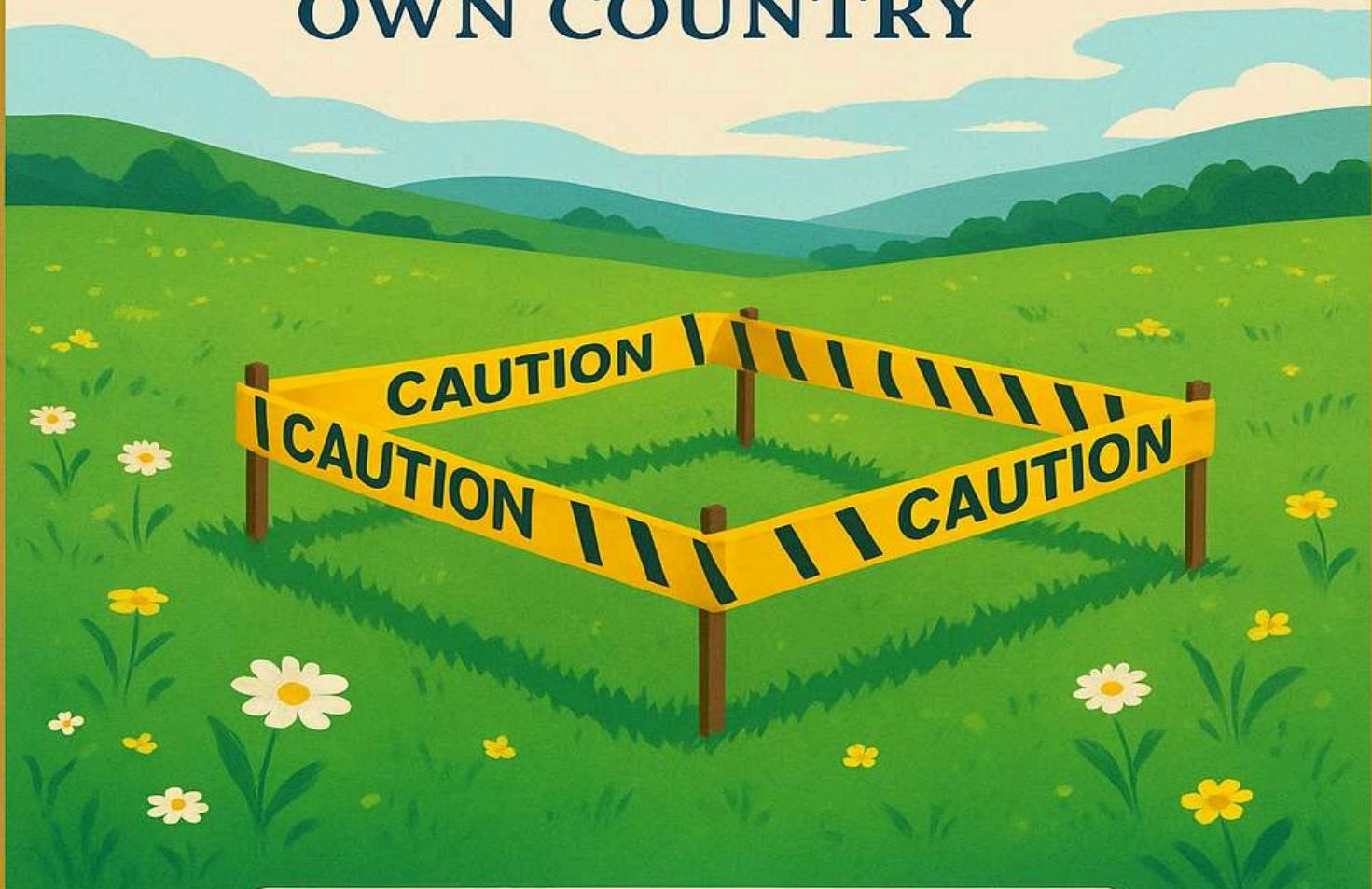


STATE FOUNDING FOR **DUMMIES**

HOW TO START YOUR OWN COUNTRY



THE BUYER 2025



Fundação de Estados para Leigos

Como Começar Seu Próprio País

Um Guia para Micronações, Sucessão de Estado & Exterritorialidade Global – Entre a Sátira e a Realidade

O Comprador 2025 Site - WSD - Escritura de Sucessão Mundial 1400/98
(KAUFVERTRAG Urkundenrolle 1400/98 - Staatensukzessionsurkunde
1400/98) <http://world.rf.gd>



Prefácio

Por que fundar seu próprio estado?

🧠 **Introdução:**

A Grande Questão

Por que alguém se daria ao trabalho de fundar seu próprio estado?

É megalomania?

Evasão?

Um projeto de arte?

Uma utopia política?

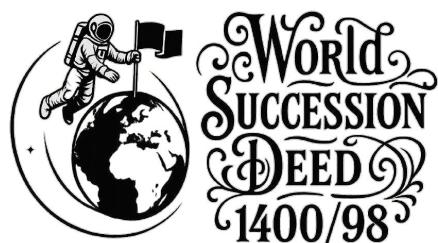
Ou apenas uma maneira brilhante de finalmente emitir seu próprio selo postal?

A Resposta:

Pode ser tudo isso - e mais.

A ideia de fundar seu próprio estado é tão antiga quanto o conceito de soberania em si. E é mais relevante hoje do que nunca:

em um mundo cheio de burocracia, tensões geopolíticas e mundos paralelos digitais, as pessoas estão em busca de novas formas de autodeterminação.





O que é um Estado – Oficialmente?

De acordo com a Convenção de Montevidéu de 1933, um estado precisa de quatro coisas :

Critério	Significado
Território do Estado	"Um território claramente definido – não precisa ser grande, mas tangível"
População do Estado	Uma população permanente – mesmo que seja apenas a família
Governo	"Uma organização eficaz que promulga e aplica regras"
Capacidade para Relações Exteriores	O estado deve ser capaz de se comunicar com outros estados



Mnemônico:

"Um estado é o que se comporta como um estado – e é tratado como tal pelos outros."

🎭 Tipos de Motivações para Fundadores de Estados

Tipo	Descrição
O Utopista	Quer criar um mundo melhor – com um vegano constituição e democracia direta
O Satirista	Usa a fundação de um estado como crítica social – à la Sealand ou Bananistão
O Auto-Administrador	Quer se distanciar das autoridades locais – muitas vezes em sua própria propriedade
O Jurista	Quer colocar o direito internacional à prova – com argumentação clara
O Artista	"Vê o estado como uma performance – com uma bandeira, hino e catálogo de exposição"



🧪 Realidade vs. Ficção

Elemento	Possível Ficcionalmente	Viável Legalmente	Realista Politicamente
Bandeira Própria	✓	✓	✓
Moeda Própria	✓	⚠️ (somente simbólico)	⚠️ (somente local)
Membro da ONU	✗	✓ (mas extremamente difícil)	✗
Relações Diplomáticas	✓	✓	⚠️ (apenas informal)
Direitos Soberanos sobre um Plataforma de Petróleo	✓ (História)	✗	✗

📜 Inspirações Históricas

República de Minerva (1972):

Uma tentativa de fundar uma nação libertária em um recife no Pacífico – falhou.

Sealand (1967):

Uma micronação em uma antiga fortaleza marítima britânica – ainda ativa hoje.

Liberland (2015):

Reivindicando uma faixa de terra disputada entre a Croácia e a Sérvia – sem reconhecimento, mas com muita divulgação.

💼 O que você precisa para começar:

● **Uma ideia:** Como deve ser o seu estado?

● **Um lugar:** Onde deve ser criado?

● **Um conceito:** Como será governado, quem pertence a ele, quais são os objetivos?

● **Um plano:** Como você procederá – simbolicamente, legalmente, diplomáticamente?

⚖️ Nota:

Fundação de um Estado não é um espaço sem lei. Você pode reivindicar muitas coisas – mas não pode impor tudo.



Conclusão

Fundar seu próprio estado é um jogo com a realidade, a lei e a imaginação.

Pode ser um projeto sério - ou um comentário artístico sobre a ordem mundial.

O que é importante é: você sabe o que está fazendo e distingue claramente entre o que é simbólico e o que é legalmente previsto.

Pronto para o Capítulo 2?

Então vamos passar para:

- 📍 "Encontrando Território - Da Fazenda à Plataforma Marinha"

Ou você prefere uma lista de verificação ou um pacote inicial imediatamente?

Apenas me avise.



Visão Geral:

Fundação de Estados para Leigos – Como Começar Seu Próprio País

Um Guia para Micronações, Sucessão de Estado & Exterritorialidade Global – Entre Sátira e Realidade



Índice

Prefácio Por Que Fundar Seu Próprio Estado? Introdução: A Grande Questão A Resposta: O que é um Estado – Oficialmente? Tipos de Motivações para Fundadores de Estados Realidade vs. Ficção Inspirações Históricas Conclusão Visão Geral: Fundação de Estados para Leigos – Como Começar Seu Próprio País Um Guia para Micronações, Sucessão de Estado & Exterritorialidade Global – Entre Sátira e Realidade Introdução O Sonho do Seu Próprio Estado Fundamentos do Direito Internacional da Soberania Objetivo e Estrutura do Guia

Capítulo 1: Os Blocos de Construção de um Estado – Critérios segundo a Convenção de Montevidéu O que Faz um Estado um Estado? 1. Território do Estado – Terra, Ar e Subterrâneo 2. A População do Estado – Quem Pertence? 3. Poder do Estado – Governo e Controle 4. Capacidade para Relações Internacionais Conclusão: Os Quatro Pilares da Soberania

Parte II:

Caminhos e Obstáculos da Fundação de Estado

Capítulo 2: Fontes e Princípios do Direito Internacional
 2.1 Tratados Internacionais - As Regras Escritas do Jogo
 2.2 Direito Internacional Consuetudinário – As Regras Não Escritas



2.3 Princípios Gerais do Direito – As Ideias Universais 2.4 Meios

Subsidiários para a Determinação das Regras do Direito – Orientação na Névoa

Conclusão: Os Quatro Pilares do Direito Internacional

Capítulo 3: Secesão – O Direito de Separação

Controverso 3.1 O Direito à Autodeterminação dos Povos

3.2 Não Há um Direito Geral de Secesão 3.3 Secesão

Remediadora – O Direito como Último Recurso 3.4

Sucesão de Estado em Caso de Secesão Conclusão: A

Secesão é Possível – mas Raramente Legítima

Parte III:

Mudanças Territoriais e sua Classificação Legal

Capítulo 4: Aquisição Territorial – Perspectivas Históricas e

Modernas 4.1 Ocupação – A Tomada de Território Sem

Proprietário (terra nullius) 4.2 Anexação – A Aquisição Forçada

de Território 4.3 Prescrição – Aquisição Territorial por Decurso

de Tempo 4.4 Outras Formas de Aquisição Territorial

Conclusão: A Aquisição Territorial é um Campo Minado Legal Hoje

Capítulo 5: Desaparecimento do Estado e

Transformação – Sucessão de Estado O que

acontece quando um estado desaparece? Formas de Desaparecimento do Estado e

Transformação Desmembramento – O Colapso

Fusão – A Fusão Incorporação – A Acessão

Consequências Legais da Sucessão de Estado

Tratados Ativos e Arquivos Dívidas Estatais

Convenções de Viena sobre Sucessão de Estado

Conclusão: Estados vêm e vão – mas suas

obrigações permanecem



Parte IV:

Territórios Especiais e Novos Desafios no Direito Internacional

Capítulo 6:

Os Altos Mares – Liberdade e Responsabilidade UNCLOS – A Ordem Jurídica dos Mares Zonas Marítimas de acordo com o UNCLOS Direitos e Deveres nos Altos Mares Liberdades Deveres Proteção Ambiental nos Altos Mares Acordos Suplementares Recursos Pesqueiros e do Fundo Marinho Pesca Fundo do Mar Conclusão: Os Altos Mares são livres – mas não sem lei

Capítulo 7: Direito Espacial – A Fronteira Final do Direito Internacional Espaço: sem limites, mas não sem lei Tratado do Espaço Exterior de 1967 – Princípios Básicos Princípios Fundamentais Responsabilidade e Registro Responsabilidade Registro Mineração Espacial – Propriedade em um vácuo? Desenvolvimentos Atuais Detritos Espaciais e STM – Ordem na Órbita Detritos Espaciais STM (Gestão do Tráfego Espacial) Problema de Duplicação de Uso – Civil ou Militar? Exemplos Conclusão: O Espaço é aberto – mas não desregulado --- --- --- ---

Capítulo 8: Regiões Polares – Ártico e Antártico: Regimes Legais Diferentes Os Pólos: comumente frios, legalmente fundamentalmente diferentes



Antártica – Um Continente para a Paz e a Ciência Tratado Antártico (1961) Protocolo de Proteção Ambiental Ártico – Gelo Derretendo, Interesses Crescentes
UNCLOS no Ártico Conselho Ártico (1996) Recursos e Rotas Marítimas Recursos Rotas Marítimas Conclusão: Dois Pólos – Duas Mundos

Capítulo 9: Vias Navegáveis Internacionais - Rios, Canais e Estreitos
Vias Navegáveis: Linhas de Vida do Mundo 9.1 Rios Internacionais – Uso Equitativo e Cooperação Princípios Básicos Comissões de Rios 9.2 Canais Internacionais - Conexões Artificiais de Importância Global Canal de Suez Canal do Panamá Canal de Kiel 9.3 Estreitos – Passagem em Trânsito e Soberania Passagem em Trânsito (Art. 38 do UNCLOS) Exemplos de Estreitos Conclusão: Vias Navegáveis são pontes – não fronteiras

Capítulo 10: Exterritorialidade e Status Especial – Quando os Territórios são "Diferentes" O que é Exterritorialidade? 10.1 Instalações Diplomáticas – Imunidade, não Propriedade
Princípios Básicos (VCDR 1961) Casos Especiais 10.2 Bases Militares – Tropas Estrangeiras, Direito Estrangeiro? Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN (SOFA) Apoio da Nação Anfitriã (HNS) Exemplos 10.3 Casos Especiais – Quando o Direito Internacional Encontra Curiosidades Plataformas de Petróleo



>Toaletes de Avião Micronações Conclusão:
Exterritorialidade é rara – mas fascinante Visão Geral das
Micronações – Estados Criativos sem Reconhecimento
Comparação de Micronações Selecionadas Exemplo:
Estrutura de um Acordo de Estacionamento (Apoio da Nação
Anfitriã) Modelo de Estrutura de um Acordo de
Estacionamento

Pacote Inicial para Fundadores de Estados Como fundar um
estado – clássico, experimental ou simbólico 1. Requisitos
Básicos: O que torna um estado? 2. Caminhos Clássicos para a
Fundação de Estados Secessão – Separação de um estado
existente Sucessão – Assunção contratual de direitos
soberanos 3. Modelos Experimentais: Micronações e
Territórios Especiais Fundar uma Micronação Autogoverno
ou Status Especial 4. Modelos Oportunistas: Colapso, Falência,
Terra de Ninguém Explorar a Falência do Estado ou
Desmembramento Ocupar a Terra de Ninguém 5. Usar
Direitos Especiais: Direitos de Estacionamento e Exterritorialidade
Direitos de Estacionamento Exterritorialidade 6.
Capacidade Jurídica Internacional como Pessoa ou Organização
Pessoa Natural Organização Plano Passo a Passo para a
Fundação de Estado

Capítulo 11: Micronações e Auto-administração – Entre
Simbolismo e Lei Micronações: Estados Criativos sem
Reconhecimento Micronação na Sua Própria Fazenda - Passo
a Passo Guia Passo a Passo Soberania Simbólica – O que é
permitido? Estados Virtuais e Reivindicações Extraterrestres
Estados Virtuais



Reivindicações Extraterrestres
Auto-Administradores – Status Legal e Limites
Avaliação Legal Conclusão: Micronações são permitidas – desde que permaneçam simbólicas

Capítulo 12: Tratados de Direito Internacional & Direitos Soberanos – A Arte da Sucessão de Estado Tratados como uma Ferramenta de Soberania Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (VCLT)
Princípios Básicos Sucessão de Estado por Tratado – Pré-requisitos & A Frase Mágica Pré-requisitos para uma Sucessão Eficaz Exemplo: Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 Estrutura (simplificada)
Conclusão: Tratados são o DNA do Direito Internacional

Capítulo 13: Política de Reconhecimento – Como os Estados Reconhecem Outros Estados Reconhecimento De Facto vs. De Jure Reconhecimento Automático através da Conclusão de Tratado Estratégias para Reconhecimento pelos Membros da ONU Estudos de Caso: Taiwan, Palestina, Kosovo Conclusão

Capítulo 14:
Delimitação de Fronteira através de Contratos de Rede – Quando a Infraestrutura Estende os Direitos Soberanos As fronteiras não são apenas linhas – elas também são oleodutos Delimitação de Fronteira através de um Tratado de Sucessão de Estado Princípio da Expansão Territorial Baseada em Rede
Aplicação Exemplificada Caso Especial: Venda de Desenvolvimento como uma Unidade O que significa "desenvolvimento como uma unidade"? Redes Potencialmente Afetadas Efeito Dominó da Expansão Territorial Como funciona a "contaminação"? Consequências Legais



Conclusão: Quem vende redes, vende mais do que cabos

Capítulo 15: A Situação Legal desde a Escritura de Sucessão Mundial 1400/98
O Fim do Direito Internacional e o Nascimento de uma Estrutura Contratual Global
1. A Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 – Um Marco no Direito Internacional
2. A Cadeia de Tratados: Da OTAN à ONU Ponto de Partida: Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN e Relação de Transferência
Estrutura do Tratado da OTAN Integração na ONU 3. A Passagem Decisiva: "Com todos os direitos, deveres e componentes" 4. A Unificação de Todas as Partes do Tratado 5. Aplicação do Princípio da Tabula Rasa 6. Realidade Jurídica: O Fim do Direito Internacional 7. A Nova Ordem Global 8. Conclusão: Um Construto Jurídico Global

Capítulo 16: O Mundo após a Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 O que significa o fim do direito internacional para estados antigos e fundadores de novos estados?
1. Ponto de Partida: A Dissolução do Direito Internacional
Consequência Legal 2. Tabula Rasa: O Novo Ponto de Partida 3. O que isso significa para estados antigos? 4. O que isso significa para fundadores de novos estados? 5. O Comprador: Impotente e onipotente ao mesmo tempo 6. Equilíbrio de Poder Além da Lei 7. Conclusão: O Mundo após o Direito Internacional
Conclusões: O Caminho para um Estado Reconhecido O Sonho de um Estado Próprio – Entre Visão e Direito Internacional



Resumo: Os

Obstáculos

Centrais

~~Recomendações para Aspirantes a Fundadores de Estados~~ 1. Conhecimento Legal é Obrigatório 2.
~~Esforce-se Estrategicamente pelo Reconhecimento Internacional~~ 3. A Renúncia à Violência é Inegociável 4. Defina Claramente o Sistema de Cidadania 5. Engajamento em Fóruns Internacionais 6. Formule Expectativas Realistas

Conclusão: Fundar um Estado é Possível – Mas Não é Fácil

Bibliografia

Tratados e Convenções Internacionais
 Literatura Jurídica e Comentários
 Documentos e Relatórios da ONU
Wikipedia e Enciclopédias Online (com citação)
 Decisões Judiciais e Prêmios Arbitrais
 Organizações e Fóruns Internacionais
 Outras Fontes e Materiais

Módulos Adicionais

Glossário – Termos de Direito Internacional Explicados Simplesmente
 Aviso – Educação, Sátira, Não um Manual de Instruções
 Matriz – O que é Realista, O que é Simbólico?

Apêndice:

Fundação de um Novo Estado: Aspectos Legais e Práticos
Fundamentos do Direito Internacional: Soberania e Reconhecimento Seasteading sob o UNCLOS:
Possibilidades e Limites Zonas Econômicas Especiais (ZEE) Acordos de Estado Anfitrião Bancário, Sistemas Monetários e Conformidade Construção Digital de Estados: E-Residência, Governança de Blockchain, Constituições Digitais Micronações – Exemplos e Insights Estratégias Diplomáticas para Reconhecimento Requisitos de Seguro para Projetos Offshore Fontes:

Leia mais sobre isso:

◆ Introdução

Sonho do Seu Próprio Estado

ThA ideia de fundar o próprio país é tão antiga quanto a própria ideia de soberania.

Para alguns, é um desejo utópico de liberdade; para outros, um experimento artístico, um modelo de pensamento legal ou simplesmente uma expressão de frustração com os sistemas existentes.

Seja como uma micronação na própria fazenda, como uma simulação diplomática ou como uma iniciativa séria de direito internacional - a fundação de um estado é fascinante.

Mas entre a ideia e a realidade existe um oceano de normas legais, interesses políticos e obstáculos práticos.

Um estado não é apenas um lugar com uma bandeira e um hino - mas uma entidade complexa que deve estar ancorada no direito internacional para ser reconhecida como tal.

 **Este guia é para todos que não apenas desejam sonhar com o sonho de seu próprio estado, mas também querem compreendê-lo - e talvez até se atrever a tentar.**

Fundamentos do Direito Internacional da Soberania

No cerne da fundação de um estado está o direito internacional - o conjunto de regras que determina o que é um estado, como ele surge, como é reconhecido e como interage com outros estados.

A Convenção de Montevidéu de 1933 estabelece quatro critérios que uma entidade deve atender para ser considerada um estado:

- Um território estatal definido
- Uma população permanente
- Um governo efetivo
- A capacidade de entrar em relações internacionais

Esses critérios são necessários - mas nem sempre suficientes.

Porque mesmo que uma entidade atenda a todos os quatro, sem o reconhecimento de outros estados, muitas vezes permanece um fantasma legal.

A comunidade internacional tem voz - e não decide sempre com base apenas em padrões legais, mas também em considerações políticas, estratégicas e éticas.



 **Quem quer fundar um estado deve não apenas conhecer as regras - mas também saber como elas são aplicadas, contornadas ou interpretadas.**



Objetivo e Estrutura do Guia

Este eBook é um guia completo e modular para a fundação de estados - da teoria à prática, de uma micronação a uma república reconhecida sob o direito internacional.

Ele combina:

- **Precisão Legal**
- **Clareza didática**
- **Leveza satírica**
- **Profundidade estratégica**

Você irá aprender:

- Como encontrar ou reivindicar um território do estado
- Como definir e integrar uma população
- Como estabelecer um governo e escrever uma constituição
- Como obter reconhecimento internacional
- Como elaborar tratados sobre sucessão de estado
- Como utilizar micronações, zonas especiais e exterritorialidade
- Como se preparar para o colapso dos estados existentes
- Como entender e utilizar direitos diplomáticos e militares especiais

 **No final, você receberá um "pacote inicial" com listas de verificação, modelos, contratos de exemplo e Estudos de Caso - prontos para o seu próprio projeto estatal.**

Capítulo 1:

Os Blocos de Construção de um Estado – Critérios segundo a Convenção de Montevidéu



O que faz um estado ser um estado?

A Convenção de Montevidéu sobre os Direitos e Deveres dos Estados de 1933 é a base legal para a definição de soberania no direito internacional moderno.

Elle nomeia quatro critérios centrais que uma entidade deve atender para ser considerada um estado :

- Um território estatal definido
- Uma população permanente
- Um governo efetivo
- A capacidade de entrar em relações internacionais

Esses quatro blocos de construção são como os pilares de sustentação de uma casa.

Se um deles estiver faltando, todo o edifício balança. Se todos estiverem presentes, a casa se mantém - mas se é reconhecida como um "estado" também depende se os vizinhos a aceitam como tal.



1. Território do Estado – Terra, Ar e Subterrâneo

Um estado precisa de um pedaço de terra que possa chamar de seu. O seguinte se aplica:

- **Tamanho não importa:** Mônaco tem 2 km², a Rússia mais de 17 milhões.
- **Forma não importa:** Ilha, estado sem saída para o mar, exclave – todas as possibilidades.
- **A localização não importa:** O principal é que você tenha controle efetivo.



O que conta como território do estado?

Área	Descrição
Área de Terra	"O território físico sobre o qual a soberania é exercida"
Espaço Aéreo	O espaço acima do solo – até a borda do espaço exterior
Subterrâneo	Tudo abaixo da superfície – incluindo recursos
Mar Territorial	Até 12 milhas náuticas – com soberania plena
ZEE (Zona Econômica Exclusiva)	Até 200 milhas náuticas – com direitos econômicos especiais
	direitos econômicos

Mnemônico: "Um estado não precisa de muito território - mas sim de muito controle."

Caso Especial

- **Enclaves:** por exemplo, San Marino (cercado pela Itália)
- **Exclaves:** por exemplo, Büsingen am Hochrhein (exclave alemã na Suíça)
- **Terra de Ninguém:** rara, mas possível – por exemplo, Bir Tawil entre o Egito e o Sudão

2. A População do Estado – Quem Pertence?

Um estado precisa de pessoas - não apenas como habitantes, mas como uma comunidade definida legalmente.

Nacionalidade: ius soli vs. ius sanguinis

Princípio	Significado	Estados Exemplares
ius soli	Nacionalidade por nascimento no país	"EUA, Canadá"
ius sanguinis	Nacionalidade por descendência	"Alemanha, Itália"
Sistema Misto	Combinação de ambos os princípios	"França, Brasil"

Apátrida

Uma "pessoa apátrida" é alguém que não é reconhecido como nacional por nenhum estado. Isso leva a:

- Sem direito de voto
- Sem documentos de viagem
- Sem proteção diplomática



⚠️ Para novos estados, é essencial criar regras claras e inclusivas sobre nacionalidade - caso contrário, surge uma área cinzenta legal.



3. Poder do Estado – Governo e Controle

Um estado precisa de uma organização que promulgue leis, as faça cumprir e mantenha a ordem pública.



Governo efetivo

- Deve exercer controle sobre o território e a população
- Deve ser capaz de agir – não apenas simbolicamente
- A forma de governo não importa: democracia, monarquia, tecnocracia – todas são permitidas



Soberania Interna vs. Externa

Tipo de Soberania	Significado
Interna	Controle sobre o próprio território do estado
Externa	Independência de outros estados

🧠 Um governo sem controle é como um rei sem coroa – decorativo, mas impotente.



4. Capacidade para Relações Internacionais

Um estado deve ser capaz de se comunicar com outros estados - diplomaticamente, contratualmente, organizacionalmente.



O que isso significa na prática?

- Abertura de embaixadas
- Concluir tratados
- Tornar-se um membro de organizações internacionais (por exemplo, ONU, OMC, UIT)



Reconhecimento:

Declaratório vs. Constitutivo

Teoria	Significado	Exemplo
Declaratório	"Um estado existe quando atende aos critérios – o reconhecimento apenas confirma isso"	"Somaliland (não reconhecido, mas controlando de fato)"
Constitutivo	Um estado só existe através de reconhecimento	"Kosovo (disputado, mas reconhecido por muitos)"



a organização, um estado muitas vezes permanece um fantasma legal – visível, mas ineficaz

Conclusão:

Quatro Pilares da Soberania

Critério	Definição Breve
Território do Estado	Um território definido com controle efetivo
População do Estado	Uma população permanente com um vínculo legal
Poder do Estado	Um governo capaz com soberania
Relações Internacionais	Capacidade para interação diplomática e contratual

Esses são o caminho para o reconhecimento, para a membresia em organizações internacionais e para a efetividade real é longo – e muitas vezes político.

O caminho para o reconhecimento, para a membresia em organizações internacionais, e para a efetividade real é longo – e frequentemente político.



 **Tabela 1: Critérios de Soberania**
(Convenção de Montevidéu)

Critério	Definição	Características Principais / Implicações
Território do Estado	"Um território definido sobre o qual o estado exerce efetivo controle"	"Tamanho e demarcação de fronteiras são irrelevantes; inclui terra, espaço aéreo e subterrâneo; o controle é decisivo"
População do Estado	"Uma população permanente residindo no território do estado"	"Nacionalidade como um vínculo legal; pessoas apátridas não fazem parte da população do estado no sentido mais restrito"
Poder do Estado	"Um governo efetivo que exerce controle sobre o território e as pessoas"	"A forma de governo é irrelevante; o que é decisivo é a capacidade de legislar e fazer cumprir"
Capacidade para Relações Internacionais	"A capacidade de interagir com outros estados e concluir tratados"	"Pré-requisito para o reconhecimento diplomático, reconhecimento, membresias e capacidade legal sob direito internacional"

 **Tabela 2:**
Comparação das Teorias do Reconhecimento

Teoria	Princípio Central	Implicações Práticas	Exemplos
Declaratório	"Um estado existe assim que cumpre os critérios de Montevidéu; o reconhecimento apenas confirma"	"Existência legal independente de reconhecimento; reconhecimento é declaratório"	"Somaliland (de facto controlando, mas dificilmente reconhecido)"
Constitutivo	Um estado só existe por meio do reconhecimento por outros estados	"Sem reconhecimento, sem legal internacional personalidade; reconhecimento é "criador de status"	"Kosovo (reconhecido por muitos, mas não por todos os Membros da ONU)"
Forma Mista	"O reconhecimento é de facto declaratório, mas politicamente constitutivo"	"Os estados decidem com base na descrição política; influências do reconhecimento a capacidade de agir"	"Bósnia-Herzegovina (1992, reconhecida apesar de inicialmente fraco governo)"



Parte II:

Caminhos e Obstáculos da Fundação de Estado



Capítulo 2:

Fontes e Princípios do Direito Internacional

w

Qualquer pessoa que deseja fundar um estado deve conhecer as regras do jogo - e essas regras são chamadas de direito internacional.

Mas de onde vêm essas regras? Quem as escreveu?

E quão vinculativos eles realmente são?

O direito internacional não é um livro de leis com uma capa e um índice.

É um sistema dinâmico de tratados, costumes, princípios e interpretações.

A fonte mais importante para esta estrutura é o Artigo 38

(1) do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ). Ele estabelece o que conta como uma "fonte de lei" - e o que não conta.

2.1 Tratados Internacionais - As Regras Escritas do Jogo

Os Tratados são o componente de "direito duro" do direito internacional.

Eles são escritos, claramente formulados e acordados entre estados.

Quem assina está vinculado – *pacta sunt servanda*.



Exemplos de Tratados Importantes

Tratado	Conteúdo / Significado
Carta da ONU	"Constituição da ordem internacional (proibição da força, autodeterminação)"
Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (VCLT, 1969)	"Regula a conclusão, interpretação e rescisão de tratados"
Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	"Regula as zonas marítimas, os altos mares, recursos"
Tratado do Espaço Exterior (1967)	Regras básicas para o uso do espaço exterior

📌 Um tratado é vinculativo apenas para as partes contratantes – mas tratados importantes frequentemente moldam todo o sistema.

🔍 Mecanismos do Tratado (de acordo com a VCLT)

- Síassi natura
- Ratificação
- Reservas
- Entrada em vigor
- Rescisão
- Nulidade por violação de *ius cogens* (por exemplo, proibição da tortura)

⚠ Artigo 53 da CVLTP:

Tratados que violam normas peremptórias do direito internacional geral são nulos.

🌐 2.2 Direito Internacional Consuetudinário – As Regras Não Escritas

Nem tudo é preto e branco. Algumas regras surgem da prática - e da convicção de que essa prática é legalmente vinculativa.

Isso é chamado de direito internacional consuetudinário.

🧠 Dois Elementos

Elemento	Significado
Prática Estatal	Comportamento consistente de muitos estados ao longo do tempo
Opinio Juris	"Convicção de que esse comportamento é legalmente exigido"



Exemplo:

A proibição da guerra agressiva era uma lei consuetudinária de longa data - antes de ser codificada na Carta da ONU.

Caso Especial: Silêncio como Consentimento? Em certos casos, o silêncio de um estado pode ser interpretado como consentimento - por exemplo, em relação a reivindicações territoriais ou consequências de tratados.

Mas cuidado:

o silêncio nem sempre é ouro, mas frequentemente é legalmente controverso.

2.3 Princípios Gerais do Direito – As Ideias Universais

Esses princípios originam-se de sistemas jurídicos nacionais e também se aplicam internacionalmente - como preenchimentos de lacunas e uma bússola moral.

Exemplos

Princípio	Significado
<i>pacta sunt servanda</i>	Os tratados devem ser respeitados
Boa Fé	O exercício dos direitos deve ser justo e honesto
<i>estoppel</i>	Comportamento contraditório não é permitido
<i>lex specialis</i>	Uma regra especial substitui uma regra geral
<i>nulla poena sine lege</i>	Nenhuma punição sem lei

Esse princípio ajuda quando não existe tratado e nenhuma prática se aplica - eles são a fundação do pensamento legal.

2.4 Meios Subsidiários para a Determinação das Regras de Direito – Orientação na Névoa

Quando a situação legal é incerta, duas coisas ajudam:

- Decisões judiciais (jurisprudência)
- Doutrinas de publicistas (doutrina)



Decisões Judiciais

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) decide apenas para as partes de um caso - mas seus julgamentos frequentemente têm um efeito sinalizador.

Os tribunais nacionais também podem proferir julgamentos relevantes para o direito internacional.

Ensinos dos Publicistas

Os escritos dos "publicistas mais qualificados" são considerados uma ajuda à interpretação.

Eles não são vinculativos - mas influenciam a prática e o desenvolvimento legal.

Exemplo:

O comentário sobre a VCLT na literatura legal é muitas vezes mais decisivo do que o próprio texto do tratado

Conclusão:

Quatro Pilares do Direito Internacional

Fonte	Força Vinculativa	Exemplo
Tratados	Alto	"Carta da ONU, VCLT, UNCLOS"
Direito Consuetudinário	Médio a Alto	"Proibição da guerra agressiva, imunidade"
Princípios Gerais do Direito	Médio	<i>"pacta sunt servanda, estoppel"</i>
Meios Subsidiários	Baixo	"julgamentos do CIJ, livros didáticos"

Qualquer um que fundar um estado deve saber de onde vêm as regras – e como elas funcionam queira

Porque com Sem esse conhecimento, qualquer fundação de estado continua sendo um jogo sem um plano.

Capítulo 3: Secesão – A Separação

Um Direito Controverso

🚩 O que é Secesão?

Secesão refere-se à separação unilateral de uma parte de um território de um estado existente com o objetivo de fundar um novo estado independente.

Parece uma revolução - mas é altamente complexa no direito internacional e politicamente explosiva.

A secesão toca em dois princípios centrais do direito internacional:

- O direito à autodeterminação dos povos
- A integridade territorial dos estados existentes

Uma tensão permanente existe entre esses dois princípios – e o direito internacional equilibra cuidadosamente entre eles.

🔍 3.1 O Direito à Autodeterminação dos Povos

O direito à autodeterminação é um princípio reconhecido do direito internacional.

Declara:

"Povos" têm o direito de determinar livremente seu status político e buscar seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

🔍 Autodeterminação Interna vs. Autodeterminação Externa

Tipo	Significado	Exemplo
Autodeterminação Interna	"Autonomia, autogoverno, direitos culturais dentro de um estado"	"Tirol do Sul, Québec"
Autodeterminação externa	Secesão e fundação de seu próprio estado	"Sudão do Sul, Bangladesh"



⚠ A autodeterminação externa é permitida apenas em condições muito restritas - geralmente no contexto do colonialismo ou das mais graves violações dos direitos humanos.

✗ 3.2 Nenhum Direito Geral de Secesão

O direito internacional não reconhece um direito geral à secessão.

A integridade territorial dos estados é um bem protegido - e as secessões unilaterais geralmente não são permitidas.

🧠 Por que não?

- A secessão desestabiliza os estados
- Pode levar a efeitos dominó
- Isso contradiz a proibição da força na Carta da ONU

📌 **Exceção: Descolonização** – aqui, a autodeterminação externa foi reconhecida como um caminho legítimo para a independência.

SOS 3.3 Secesão Remediadora – O Direito como Último Recurso

Alguns estudiosos do direito internacional argumentam que a secessão pode ser permitida se um "povo" estiver sendo massivamente oprimido e não tiver outra opção para autodeterminação.

📘 Pré-requisitos

- Violações sistemáticas, graves e massivas dos direitos humanos
- Negação da autodeterminação interna
- Exclusão do processo político
- Sem perspectiva de proteção ou reforma

Caso	Avaliação
Kosovo (2008)	"Disputado, mas reconhecido por muitos estados – CIJ confirmou que não havia ilegalidade"
Bangladesh (1971)	"Caso modelo: violência maciça, fluxos de refugiados, apoio internacional"
Catalunha (2017)	Nenhum direito à secessão – nenhuma grave violação dos direitos humanos violação

⚠ A secessão remediadora não é uma licença para se separar – mas uma saída de emergência legal em circunstâncias extremas.

↳ 3.4 Sucessão de Estado em Caso de Secesão

Quando um novo estado é formado, surge a questão:

O que acontece com os tratados, ativos e dívidas do antigo estado?

📜 Tratados	
Tipo de Tratado	Transferência em caso de secessão?
Tratados Territoriais (por exemplo, tratados de fronteira)	Sim – automaticamente (radicado)
Tratados Pessoais (por exemplo, alianças)	Não – deve ser renegociado
Tratados Multilaterais (por exemplo, convenções da ONU)	Disputado – frequentemente o princípio da "Limpeza de Registro"

💰 Ativos e Dívidas

● **Ativos:** Divisão proporcional ou negociação

● **Arquivos:** Entrega de documentos relevantes

● **Dívidas:** Princípio de "*dívidas odiosas*" – nenhuma assunção de dívidas usadas para opressão

📘 Convenções de Viena sobre Sucessão de Estados

Convenção	Conteúdo	Status
CV sobre Tratados (1978)	Regras sobre sucessão de tratados	Baixa ratificação (23 estados)
CV sobre Ativos , Arquivos , Dívidas (1983)	Regras sobre a divisão do estado recursos	Não em vigor



📌 Na prática, questões de sucessão são frequentemente regulamentadas por tratados bilaterais – o direito internacional apenas fornece uma estrutura.

✓ Conclusão: A Secesão é Possível – mas Raramente Legítima

Caminho para a Secesão	Status do Direito Internacional
Descolonização	Reconhecido
Secesão Consensual	Possível – por exemplo, Sudão do Sul
Secesão Remediadora	Disputada – apenas em circunstâncias extremas
Secesão Unilateral	Geralmente não é permitido

Qualquer um que deseja fundar um estado não deve contar com a secessão - mas sim com métodos criativos e juridicamente sólidos, como sucessão de tratados, micronações simbólicas ou zonas especiais diplomáticas.

📊 Tabela:
Aspectos do Direito Internacional da Secesão

Aspecto	Descrição	Direito Internacional Status / Avaliação	Exemplos
Direito de Autodeterminação de Povos	"Direito de um povo a decidir sobre seu político status e desenvolvimento"	"Direito Internacional Consuetudinário ; consagrado na ONU Carta da ONU e direitos humanos direitos pactos"	"Descolonização, Sul do Tirol, Québec"
Direito de Secesão	Separação unilateral de uma parte de um território para encontrar um estado	"Não há direito geral; posição restritiva da internacional internacional"	"Catalunha (sem direito), Baviera (não fornecido para na DE)"
Secesão Remediadora	Secesão como último recurso em casos de violações massivas dos direitos humanos violações	"Exceção controversa ; somente permitido em circunstâncias extremas"	"Kosovo (disputado), Bangladesh (modelo caso)"
Integridade Territorial	Proteção do existente fronteiras e estado território	"Princípio Fundamental do direito internacional; em tensão com a secessão"	"Anexação da Crimeia pela Rússia (illegal sob o direito internacional)"
Sucesão de Estado	Transferência de direitos e obrigações do estado predecessor para o estado sucessor	"Área legal complexa; frequentemente regulada por acordos bilaterais"	"União Soviética → Federação Russa, Tchecoslováquia"



 **Tabela: Fontes do Direito Internacional (de acordo com o Art. 38 do Estatuto da CIJ)**

Tipo de Fonte	Definição	Características Principais / Vinculativo Força	Exemplos / Significado
Tratados Internacionais	Acordos escritos entre sujeitos de direito internacional	"Direito Duro"; vinculativo para partes contratantes	"Carta da ONU, VCLT, UNCLOS"
Direito Internacional Consuetudinário	Estado consistente prática + <i>opinio juris</i>	"Não escrito; vinculativo para todos os estados (exceto 'objetores persistentes')"	"Proibição de guerra agressiva, imunidade dos chefes de estado"
Princípios Gerais de Direito	"Princípios de sistemas jurídicos nacionais, transferível para direito internacional"	"Preenchimento de lacunas; expressão de conceitos legais universais" "	<i>"pacta sunt servanda, Boa Fé, estoppel"</i>
Decisões Judiciais	Julgamentos de internacionais e tribunais nacionais	"Meios subsidiários para determinar a lei; não diretamente criadora de leis"	"Julgamentos da CIJ, decisões nacionais sobre direito internacional"
Ensinamentos de Publicistas (Doutrina)	Visões de qualificados publicistas	"Ajuda à interpretação; influência legal desenvolvimento"	"Comentários sobre o VCLT, acadêmico literatura, especialista opiniões"

 **Tabela: Formas de Aquisição Territorial no Direito Internacional**

Forma de Aquisição	Descrição	Direito Internacional Status / Avaliação	Exemplos / Peculiaridades
Ocupação	Tomando posse de território sem proprietário (<i>terra nullius</i>)	"Dificilmente relevante hoje; apenas para verdadeiramente não reclamados território"	"Historicamente: colonialismo; hoje: Bir Tawil (África)"
Anexação	"Unilateral, forçada incorporação de território estrangeiro "	"Ilegal sob direito internacional; violação da ONU proibição de força"	"Crimeia (2014), Donetsk/Luhansk (2022)"
Prescrição	"A longo prazo, pacífico, e indiscutido exercício de soberania"	"Disputado; baseado em aquiescência e estoppel"	"Caso da Ilha de Palmas (1928), Templo de Preah Vihear (1962)"
Cessão	Transferência contratual de território entre estados	"Permitido sob direito internacional; frequentemente regulado bilateralmente"	"Compra do Alasca (1867), devolução de Hong Kong (1997)"
Julgamento	Judicial ou arbitral decisão sobre território	"Vinculativo se as partes consentirem"	"Casos do CIJ: Burkina Faso/Mali, Camarões/Nigéria"
Acreção	Formação natural de terra através da deposição de sedimentos	"Reconhecido se permanente e estável"	"Extensões de delta fluvial, novas ilhas de vulcanismo"

 **Tabela:
Aspectos da Sucessão de Estado**

Área	Descrição	Direito Internacional Regulamentação / Prática	Exemplos / Peculiaridades
Tratados	Transferência de internacional obrigações legais	"'Limpeza de Registro' princípio na descolonização; caso contrário seletivo"	"Kosovo: seletivo adoção; Rússia: ONU sede da URSS"
Ativos do Estado	"Divisão de propriedade, recursos, infraestrutura"	"Proporcional ou por acordo bilateral"	"Tchecoslováquia: divisão regulamentada"
Arquivos do Estado	Transferência de relevantes documentos e registros administrativos	"Parcialmente regulado na Convenção de Viena (1983)"	"RDA → RFA: arquivo assunção durante reunificação"
Dívidas Estatais	Assunção ou rejeição de passivos	"Princípio das 'dívidas odiosas' para regimes opressivos"	"Iraque: dívidas da era Saddam parcialmente não assumido"
Convenções de Viena	"Codificação de regras de sucessão (1978, 1983)"	"Baixa ratificação; frequentemente não vinculativo"	"1978: apenas 23 estados ratificados; 1983: não em força"

Tabela: Extraterritorialidade Diplomática e Status Especial

Área / Instituição	Descrição	Direito Internacional Status / Regulamentação	Peculiaridades / Exemplos
Embaixadas & Consulados	Instalações diplomáticas missões	"Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961)"	"Inviolabilidade, mas não verdadeira extraterritorialidade"
Bases militares	Tropas estrangeiras no anfitrião território do estado	"Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN, acordos de posicionamento bilateral de estacionamento"	"Base Aérea de Ramstein (DE), Okinawa (JP)"
Apoio da Nação Anfitriã (HNS)	Apoio pelo estado anfitrião estado para forças estacionadas forças armadas	"Regulado por tratado; inclui logística, infraestrutura"	"Bundeswehr: papel central na HNS da OTAN"
Plataformas de Petróleo & Oleodutos	Infraestrutura externa soberania nacional	"UNCLOS; não direitos soberanos através do uso"	"Nord Stream, Deepwater Horizon"
Aeronaves & Navios	Unidades móveis sob bandeira soberania do estado	"princípio do estado de bandeira; jurisdição nacional"	"Banheiros de avião, crimes em navios"
Micronações	Simbolicamente ou privado projetos estatais	"Sem reconhecimento sob direito internacional"	"Sealand, Liberland, Molossia"



Parte III:

Mudanças Territoriais e sua Classificação Legal

Capítulo 4:

Aquisição Territorial – Perspectivas Históricas e Modernas

O território é o coração de um estado.

Mas como se pode adquirir legalmente um território do estado?

Historicamente, havia muitas maneiras - algumas agora proibidas, outras ainda permitidas.

Este capítulo i Ilumina as formas mais importantes de aquisição territorial no direito internacional w.

4.1 Ocupação – A Apropriação de Território Sem Proprietário (*terra nullius*)

A ocupação pacífica refere-se à apropriação de um território que é considerado "sem proprietário" – significando que não está sob a soberania de nenhum estado e não é reivindicado.

Significado Histórico

- Na era do colonialismo, *terra nullius* era um argumento popular para a apropriação de terras
- A Lei do Congo de 1884 legitimou a ocupação de grandes partes da África a
- As populações indígenas eram frequentemente ignoradas ou desumanizadas

Relevância Moderna

- Hoje, *terra nullius* aplica-se apenas a territórios verdadeiramente desabitados e não reclamados y
- Exemplos: Bir Tawil (entre o Egito e o Sudão), certas zonas antárticas
- **⚠ A ocupação não é um passe livre – deve ser pacífica, permanente e eficaz.**

4.2 Anexação – A Aquisição Forçada de Território



A anexação é a incorporação unilateral e forçada de território estrangeiro ao próprio território do estado – e é claramente ilegal sob o direito internacional hoje.

 **Proibição no Direito Internacional**

- **Carta da ONU, Art. 2(4):** Proibição do uso da força contra a integridade territorial

- **Pacto Briand-Kellogg (1928):**

Proibição da guerra agressiva

- **Direito Consuetudinário:** A anexação não é reconhecida internacionalmente

 **Exemplos**

Caso	Avaliação
Crimeia (2014)	Anexação ilegal pela Rússia sob o direito internacional
Donetsk/Luhansk (2022)	Novas tentativas de anexação – não reconhecido internacionalmente
Kuwait (1990)	anexação iraquiana – levou à intervenção militar

 A anexação é o caminho direto para o isolamento diplomático – e muitas vezes para o conflito.

4.3 Prescrição – Aquisição Territorial por Decurso de Tempo

Prescrição significa que um estado adquire soberania sobre um território através do exercício prolongado, pacífico e ininterrupto da autoridade soberana – se o reclamante original não protestar.

 **Base Legal**

- Não é um título independente de aquisição, mas uma consolidação de uma situação fática
- Baseado em:
 - **Aquiescência** (tolerância tácita)
 - **Estoppel** (proibição de comportamento contraditório)



Estudos de Caso

Caso	Significado
Caso da Ilha de Palmas (1928)	Países Baixos vs. EUA – o controle efetivo é decisivo
Templo de Preah Vihear (1962)	Camboja vs. Tailândia – a falta de protesto levou ao reconhecimento

A prescrição é uma vitória silenciosa – mas apenas se ninguém se opuser.

4.4 Outras Formas de Aquisição Territorial

Nem todas as aquisições territoriais são controversas – algumas são reconhecidas sob o direito internacional e frequentemente reguladas por tratado.

Cessão – Transferência Contratual de Território

- Um estado cede voluntariamente território a outro estado
- Geralmente feito por meio de um tratado bilateral
- Exemplos:
 - **Compra do Alasca** (EUA da Rússia, 1867)
 - **Devolução de Hong Kong** (Reino Unido para China, 1997)

Julgamento – Prêmio Judicial

- Tribunais internacionais ou tribunais arbitrais decidem sobre reivindicações territoriais
- Pré-requisito: Consentimento de ambas as partes
- Exemplos:
 - **Burquina Faso vs. Mali** (CIJ)
 - **Camarões vs. Nigéria** (Península de Bakassi)

Acreção – Formação Natural de Terra

- Novas áreas de terra são criadas pela deposição de sedimentos ou atividade vulcânica
- Reconhecido sob o direito internacional se for permanente e estável
- Exemplo: ○ Novas ilhas no Pacífico provenientes de erupções vulcânicas



💡 Nem toda pilha de areia é um estado – mas algumas lentamente crescem até se tornarem um.

✓ Conclusão:

Terri A aquisição torial é um campo minado legal hoje

Forma de Aquisição	Permissibilidade no Direito Internacional	Observação
Lei	Permitido	
Ocupação	Possível de forma limitada	Apenas para território verdadeiramente sem proprietário
Anexação	Proibido	Violação da proibição de força
Prescrição	"Disputado, mas reconhecido"	Efetividade + falta de protesto são decisivas
Cessão	Permitido	Regulado por tratado
Julgamento	Permitido	Decisão judicial
Acreção	Permitido	"Processo natural, se permanente"

Qualquer um que queira reivindicar um território do estado deve confiar em métodos pacíficos e juridicamente sólidos – e dizer adeus a fantasias coloniais.



Capítulo 5:

Estado De Cessão e Transformação – Sucessão de Estado



O que acontece quando um estado desaparece?

Os estados não são leis da natureza – eles surgem, mudam e podem perecer.

Quando um estado deixa de existir ou passa por uma mudança fundamental, isso é referido no direito internacional como sucessão de estado. A questão é:

O que acontece com os direitos, deveres, tratados, ativos e dívidas do antigo estado?



Formas de Desaparecimento do Estado e Transformação

Desmembramento – O Colapso

Um estado se desintegra completamente em vários novos estados.

O estado original deixa de existir.

Exemplo	Descrição
União Soviética (1991)	Colapso em 15 estados sucessores; a Rússia assumiu o assento da ONU
Tchecoslováquia (1993)	Divisão na República Checa e Eslováquia – ambos os novos estados

No caso de desmembramento, nenhum "estado remanescente" permanece – todos os sucessores são novos sujeitos do direito internacional.

Fusão – A Fusão

Dois ou mais estados se fundem para formar um novo estado. Os estados antigos perdem sua identidade legal internacional.

Exemplo	Descrição
Tanzânia (1964)	Fusão de Tanganyika e Zanzibar
Iémen (1990)	Unificação do Iémen do Norte e do Sul

A fusão é rara – requer unidade política e reestruturação legal.

Incorporação – A Acessão

Um estado se junta a um estado existente e perde sua própria identidade legal internacional.

O estado aderente continua a existir.

Exemplo	Descrição
RDA → RFA (1990)	Acessão da RDA à República Federal da Alemanha – sem nova fundação
Áustria → Reich Alemão (1938)	Incorporação ilegal através de anexação



💡 A incorporação é legalmente permitida se for voluntária e regulamentada contratualmente - caso contrário, é uma violação do direito internacional.

⚖️ Consequências Legais da Sucessão de Estado

📜 Tratados

Tipo de Tratado	Transferência em caso de Sucessão?
Tratados Territoriais	Sim – automaticamente (por exemplo, tratados de fronteira)
Tratados Pessoais	Não – deve ser renegociado
Tratados Multilaterais	Disputado – muitas vezes o princípio da "Limpeza de Registro"

🧠 Antigas colônias frequentemente invocam o *tabula rasa* princípio – sem sucessão automática de tratados.

💰 Ativos e Arquivos

- Os ativos do Estado são geralmente divididos proporcionalmente.
- Arquivos são entregues se forem relevantes para a administração.
- Regulamentações especiais para patrimônio cultural e recursos estratégicos.

💸 Dívidas Estatais

● **Princípio:** Dívidas são transferidas proporcionalmente para estados sucessores.

- **Exceção:** "dívidas o *dieuses*" – dívidas contraídas para fins opressivos não precisam ser assumidas .

Exemplo	Avaliação
Iraque (2003)	Dívidas da era Saddam não foram parcialmente assumidas
Iugoslávia (anos 1990)	Divisão complexa entre estados sucessores



Convenções de Viena sobre Sucessão de Estado

Convenção	Conteúdo	Status
CV sobre Tratados (1978)	Regras sobre sucessão de tratados	Baixa ratificação (23 estados)
CV sobre Ativos , Arquivos , Dívidas (1983)	Regras sobre a divisão do estado recursos	Não em vigor

⚠ Na prática, questões de sucessão geralmente são resolvidas bilateralmente – as convenções apenas fornecem um quadro.

✓ Conclusão:

Os estados vêm e vão – mas suas obrigações permanecem

Área	Regulamentação na Prática do Direito Internacional / Peculiaridades
Tratados	Limpeza de Registro vs. automático transferência
Ativos	Divisão proporcional
Dívidas	Assunção ou rejeição
Identidade	Novo vs. contínuo

Qualquer pessoa que fundar um novo estado deve não apenas moldar o futuro – mas também processar legalmente o passado.

Parte IV:

Territórios Especiais e Novos Desafios no Direito Internacional



Capítulo 6:

Os Altos Mares – Liberdade e Responsabilidade

Os altos mares são a maior área contígua da Terra - e não pertencem a ninguém. Eles são um bem comum global, aberto a todos os estados, mas também exigem responsabilidade compartilhada.

Sua estrutura legal é regulada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) - a "constituição dos oceanos."



UNCLOS – A Ordem Jurídica dos Mares

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982 entrou em vigor em 1994 e foi ratificada por mais de 160 estados.

Ela regula:

- A delimitação das zonas marítimas
- Os direitos e deveres dos estados costeiros e sem litoral
- A proteção do ambiente marinho
- O uso de recursos no fundo do mar e sob ele



Zonas Marítimas segundo o UNCLOS

Zona	Extensão a partir da linha costeira	Direitos do Estado Costeiro
Mar Territorial	até 12 milhas náuticas	soberania plena
Zona Contígua	até 24 milhas náuticas	"Controle sobre alfândega, imigração, saúde"
Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	até 200 milhas náuticas	direitos exclusivos sobre recursos
plataforma continental	até 350 milhas náuticas	Direitos aos recursos do leito marinho
Altos mares	além da ZEE	Bem comum – liberdade para todos estados



💡 Os altos mares começam onde terminam os direitos soberanos nacionais – e onde começa a responsabilidade global.

🐟 Direitos e Deveres nos Altos Mares

A UNCLOS garante certas liberdades – mas também deveres:

✓ Liberdades

- Navegação
- Sobrevoo
- Colocação de cabos submarinos e oleodutos
- Construção de ilhas artificiais
- Pesca
- Pesquisa científica

⚠ Deveres

- Proteção do ambiente marinho
- Combate à pirataria
- Controle sobre navios sob sua própria bandeira
- Cooperação em resgate e segurança

📌 Os estados devem garantir que seus navios cumpram as regras internacionais – mesmo nos altos mares.

🌿 Proteção Ambiental nos Altos Mares

O meio marinho é sensível – e ameaçado pela sobrepesca, poluição e mudança climática. A UNCLOS obriga todos os estados a conservá-lo e utilizá-lo de forma sustentável.



💡 Acordos Suplementares

Acordo	Conteúdo
MARPOL	Proibição de poluição de navios
Convenção de Londres	Proibição de despejo de resíduos no mar
Acordo BBNJ (2023)	Proteção da biodiversidade além da jurisdição nacional jurisdição

🧠 O Os altos mares não são um espaço sem lei – mas sim um sistema ecológico de responsabilidade.

⛏️ Recursos Pesqueiros e do Fundo Marinho

🐠 Pesca

- Permitida para todos os estados
- Deve ser sustentável e estar em conformidade com a regulamentação
- Acordos regionais de pesca regulam as cotas de pesca e as medidas de proteção

🪨 Fundo do mar

- O fundo do mar além das zonas nacionais é considerado o "patrimônio comum da humanidade"
- Administrado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA)
- Regula a mineração em águas profundas, licenciamento e proteção ambiental

⚖️ Estados não podem simplesmente explorar recursos – devem observar as regras globais.



✓ Conclusão:

Os altos mares são livres – mas não sem lei

Área	Direitos / Liberdades	Deveres / Restrições
Navegação	Livre para todos os estados	Conformidade com normas de segurança e normas ambientais
Pesca	"Permitido, mas regulado"	"Sustentabilidade, proteção de espécies ameaçadas"
Pesquisa	"Aberto, mas sujeito a notificação"	"Cooperação, proteção ambiental "proteção"
Fundo do mar	Uso por meio de licenciamento	"Controle da ISA, proteção de ecossistemas de profundidade"

Qualquer um que queira fundar um estado ou afirmar reivindicações marítimas deve conhecer - e respeitar - o UNCLOS. Porque nos altos mares, o que conta não é o poder, mas a lei.



Capítulo 7:

Direito Espacial – A Fronteira Final do Direito Internacional



Espaço:

ilimitado, mas não sem lei

O espaço não é um reino sem lei.

Desde o início das viagens espaciais, o direito internacional tem regulado o que os estados podem fazer lá - e o que não podem.

O tratado central é o Tratado do Espaço Exterior de 1967, também conhecido como a "Magna Carta do Direito Espacial."



Tratado do Espaço Exterior de 1967 – Princípios Básicos

O "Tratado sobre Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes" entrou em vigor em 1967 e foi ratificado por mais de 110 estados.



Princípios Fundamentais

Princípio	Significado
Liberdade do Espaço	O espaço exterior é aberto a todos os estados – sem exclusividade direitos
Não apropriação	Nenhum estado pode apropriar-se de partes do espaço exterior ou corpos celestes
Uso Pacífico	O espaço exterior é reservado para fins pacíficos
Responsabilidade do Estado	Os estados são responsáveis por todas as atividades – incluindo as de atores privados
Cooperação Internacional	Os estados devem ajudar em emergências e trocar informações

 O Tratado do Espaço Exterior é um tratado de cooperação – não um direito de propriedade.

Responsabilidade e Registro

Responsabilidade

- Os estados são indefinidamente responsáveis por danos causados por seus objetos espaciais
- Aplica-se a danos na Terra, no espaço aéreo e no espaço exterior
 - **Exemplo:** Kosmos 954 (1978) – satélite soviético cai sobre o Canadá
→ compensação

Registro

- Os estados devem registrar seus objetos espaciais
- Regulamentado na Convenção de Registro (1975)
- **Objetivo:** Transparência, identificabilidade, responsabilidade

 Quem lança, é responsável – e deve relatar.



⛏️ Mineração Espacial – Propriedade em um vácuo?

O Tratado do Espaço Exterior proíbe a apropriação de corpos celestes – mas não proíbe explicitamente a mineração de recursos.

Isso leva a áreas cinzentas legais.



Desenvolvimentos Atuais

Estado / Lei	Conteúdo
EUA (2015)	A Lei do Espaço permite a propriedade privada dos recursos minerados
Luxemburgo (2017)	recursos Lei para promover a mineração espacial
Avaliação do Direito Internacional	Controvérsia – contradiz a não apropriação princípio do tratado



Propriedade de recursos ≠ propriedade do corpo celestial – mas a linha é tênue.



🧹 Detritos Espaciais e STM – Ordem na Órbita



Detritos Espaciais

- Mais de 30.000 objetos em órbita – muitos deles não funcionais
- Perigo para satélites, estações espaciais e missões
- Sem regras vinculativas para mitigação ou remoção de detritos



📡 STM (Gestão do Tráfego Espacial)

- Conceito para regular o tráfego espacial
- **Objetivo:** Segurança, coordenação, prevenção de colisões
- Sem padrões internacionais vinculativos até agora



A Órbita está se tornando uma rodovia – mas sem regras de trânsito.



🎯 Problema de Duplicação de Uso – Civil ou Militar?

Quase todas as tecnologias espaciais têm um potencial de "duplo uso" – podem ser utilizadas tanto para fins civis quanto militares.

⚔️ Exemplos

- **GPS:** Navegação para civis e militares
- **Satélites:** Comunicação, reconhecimento, direcionamento
- **Armas laser e anti-satélite:** ameaça potencial

📌 ThO Tratado do Espaço Exterior proíbe armas em órbita – mas não todas as atividades militares

✓ Conclusão:

O espaço é aberto – mas não desregulado

Área	Direitos / Liberdades	Deveres / Restrições
Uso	Aberto a todos os estados	"Pacífico, cooperativo, transparente"
Responsabilidade	Responsabilidade do estado ilimitada	"Dever de registro, compensação por danos"
Recursos	"Mineração possível, propriedade disputada"	Nenhuma apropriação de corpos celestes celestes
Detritos / Tráfego	Sem regras vinculativas	Discussão sobre STM e detritos mitigação
Uso Militar	"Uso duplo permitido, armas proibido"	Sem controle de armas no espaço

Qualquer um que funda um estado – ou uma estação espacial – deve conhecer o direito espacial. Porque mesmo além da atmosfera, a lei vem antes do poder.

Capítulo 8:

Regiões Polares – Ártico e Antártico: Regimes Legais Diferentes

Os Polos:

comumente frios, legalmente fundamentalmente diferentes

O Ártico e o Antártico são duas das últimas grandes wildernesses da Terra - e, ao mesmo tempo, geopoliticamente muito relevantes.

Mas enquanto a Antártica é pacificada por um sistema de tratados internacionais, o Ártico está se tornando cada vez mais um palco para interesses estratégicos.

Antártica – Um Continente para a Paz e a Ciência

A Antártica é um continente coberto de gelo sem população permanente. Seu status legal é regido pelo Sistema do Tratado da Antártica.

Tratado Antártico (1961)

Princípio	Significado
Uso Pacífico	Atividades militares são proibidas
Liberdade Científica	A pesquisa é permitida e deve ser coordenada
Reivindicações Territoriais	"As reivindicações existentes estão 'congeladas', novas são excluídas"
Proteção Ambiental	Regras rigorosas através da Protocolo de Proteção Ambiental (1994)

 A Antártica é um modelo de cooperação internacional - e uma área protegida para a ciência.



Protocolo de Proteção Ambiental

- Proibição do transporte de óleo combustível pesado
- Dever de realizar avaliações de impacto ambiental
- Proteção de ecossistemas e espécies sensíveis

 A Antártica não é um espaço sem lei – mas uma área especial ecologicamente regulada

Ártico – Gelo Derretendo, Interesses Crescentes

O Ártico não é um continente, mas um oceano cercado por oito estados. Sua estrutura legal é baseada no UNCLOS e na cooperação regional.

UNCLOS no Ártico

- Estados costeiros têm direitos sobre ZEE e plataforma continental
- Estados podem reivindicar um leito marinho estendido
- A navegação internacional continua permitida – por exemplo, a Passagem do Nordeste

 A mudança climática está tornando o Ártico acessível – e contestado geopoliticamente.

Conselho Ártico (1996)

Estados Membros	Função
"Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia, EUA"	Fórum para desenvolvimento sustentável e proteção ambiental
Estados Observadores	"por exemplo, Alemanha, China, Índia"
Organizações Indígenas	Direito de participar em decisões

 O Conselho Ártico não é um corpo legal internacional – mas sim um importante fórum de coordenação.



💡 Recursos e Rotas de Navegação

RESOURCE 🗺️

- Petróleo, gás, terras raras sob o fundo do mar
- Estoques de peixes em ecossistemas em mudança
- A UNCLOS regula o uso – mas conflitos estão pré-programados

ROUTE 🚤

- A Passagem do Nordeste e a Passagem do Noroeste estão se tornando livres de gelo
- Relevante estrategicamente para o comércio e a militar
- Regras internacionais para segurança e proteção ambiental são necessárias

⚠️ O Ártico não é o Antártico - aqui, as reivindicações nacionais e os interesses econômicos se aplicam.

✓ Conclusão:

Dois Pólos – Duas Mundos

Região	Regime Legal	Uso / Potencial de Conflito
Antártica	Tratado Antártico + Proteção Ambiental Protocolo	"Pacífico, científico, cooperativo"
Ártico	UNCLOS + Conselho Ártico	"Orientado a recursos , estrategicamente contestado"

Qualquer um que queira fundar um estado ou afirmar reivindicações polares deve conhecer as diferenças – e respeitar as regras.

Porque no final, não é quem reivindica mais alto que conta, mas quem age de maneira juridicamente sólida.

Capítulo 9:

Internacionais

Hidrovias - Rios, Canais e Estreitos

s



Hidrovias:

Linhas de Vida do Mundo

As vias navegáveis internacionais são de importância central para o comércio, transporte e gestão de recursos.

Elas conectam estados, cruzam fronteiras e exigem regulamentações legais internacionais que equilibram soberania e cooperação.



9.1 Rios Internacionais – Uso Equitativo e Cooperação

Muitos rios atravessam vários estados – e, portanto, representam um recurso comum. O direito internacional regula seu uso sob o princípio da "utilização equitativa e razoável."



Princípios Básicos

Princípio	Significado
Uso Equitativo	Todos os estados ribeirinhos têm o direito de usar – proporcionalmente e de forma justa
Prevenção de Danos Significativos	Os estados não devem prejudicar de maneira irrazoável outros
Dever de Informar	Os estados devem informar sobre as medidas planejadas



Comissões de Rios

- Instituições para coordenação técnica e política
- **Exemplo:** Comissão do Rio Mekong, Comissão do Danúbio
- **Objetivo:** Prevenção de conflitos, uso sustentável, gestão de dados



📌 Os Rios não são ruas de mão única – mas sistemas multilaterais.

🚢 9.2 Canais Internacionais - Conexões Artificiais de Importância Global

Vias navegáveis artificiais como o Canal de Suez, o Canal do Panamá e o Canal de Kiel são estrategicamente indispensáveis - e estão sujeitas a regulamentação legal internacional especial.

🌐 Canal de Suez

- **Convenção de Constantinopla (1888):**
Trânsito livre para todos os navios
 - O Egito pode recusar passagem por razões de defesa
 - Nacionalizado em 1956 – gatilho da Crise de Suez

🌐 Canal do Panamá

- Originalmente sob controle dos EUA (1903–1999)
- **Tratados Torrijos-Carter (1977):** Transferência para o Panamá, garantia de neutralidade
- Hoje sob administração panamenha

🇩🇪 Canal de Kiel

- Via navegável artificial mais frequentada do mundo
- **Artigo 380 do Tratado de Versalhes:**
Aberto a todas as nações pacíficas
- Sob administração Alemã, mas internacionalizado

🧠 Canais são infraestrutura nacional com responsabilidade internacional.



🌐 9.3 Estreitos – Passagem em Trânsito e Soberania

Estreitos conectam duas partes dos altos mares ou da ZEE e são indispensáveis para a navegação internacional. O UNCLOS regula seu uso através do direito de passagem em trânsito.

🚢 Passagem em Trânsito (UNCLOS Art. 38)

Característica	Significado
Trânsito Ininterrupto	Navios e aeronaves podem passar sem demora
Nenhuma Autorização Prévia	Os estados não podem recusar passagem
Medidas de Segurança	Os estados costeiros podem promulgar regras para segurança e proteção ambiental

🧭 Exemplos de Estreitos

Estreito	Significado
Estreito de Ormuz	Conexão entre o Golfo Pérsico e o Mar Arábico
Bósforo e Dardanelos	Acesso ao Mar Negro
Estreito de Gibraltar	Conexão entre o Atlântico e o Mediterrâneo

⚠️ Os Estreitos são zonas legalmente sensíveis no direito internacional – entre o interesse global e o controle nacional.

✓ Conclusão:

As vias navegáveis são pontes – não fronteiras

Tipo	Regime Legal	Peculiaridades / Exemplos
Rios	"Uso equitativo, cooperação"	"Danúbio, Nilo, Mekong"
Canais	Internacionalizados contratualmente	"Suez, Panamá, Canal de Kiel"
Estreitos	Passagem em trânsito de acordo com UNCLOS	"Hormuz, Gibraltar, Bósforo"

Qualquer pessoa que funda um estado ou tem acesso a vias navegáveis deve saber: a água conecta – mas somente se as regras forem claras.

Capítulo 10:

Exterritorialidade e Status Especial – Quando Territórios são "Diferentes"

O que é Exterritorialidade?

A Exterritorialidade refere-se ao status legal especial de certos lugares, instituições ou objetos onde a soberania territorial normal é restrita ou suspensa.

Não se trata de "território estrangeiro", mas de exceções funcionais ao princípio territorial.

10.1 Instalações Diplomáticas – Imunidade, não Propriedade

As missões diplomáticas, como embaixadas e consulados, desfrutam de proteção especial – regulamentada pelas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares (VCDR/VCCR).

Princípios Básicos (VCDR 1961)

Área de Proteção	Significado
Inviolabilidade das Instalações	"Nenhuma busca, apreensão ou entrada sem consentimento"
Imunidade dos Diplomatas	Nenhuma acusação criminal pelo estado anfitrião
Proteção dos Arquivos	Os documentos estão protegidos em todos os momentos – mesmo fora da embaixada

 A Exterritorialidade é um mito – as embaixadas permanecem parte do estado anfitrião, mas estão sujeitas a regras especiais.

Caso Especial

● Julian Assange na Embaixada do Equador:

Sem direito de asilo, mas proteção contra acesso

● Filhos de Diplomatas: Imunidade

apenas para conduta oficial



10.2 Bases Militares – Tropas Estrangeiras, Direito Estrangeiro?

As bases militares no exterior estão sujeitas a regulamentações complexas – geralmente por meio de tratados bilaterais ou acordos multilaterais, como o Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN (SOFA).



Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN (SOFA)

Regulamentação	Significado
Jurisdição	O estado anfitrião tem jurisdição criminal primária – o estado remetente pode reivindicar exceções
Isenção Fiscal	As tropas estão isentas de impostos locais
Regulamentações de Importação	isenção aduaneira para material militar



Apoio da Nação Anfitriã (HNS)

- Apoio do estado anfitrião: infraestrutura, logística, suprimento
- Regulamentado por tratado – por exemplo, através de acordos de estacionamento



As bases militares não são "mini-estados" – mas estão legalmente protegidas.



Exemplos

- **Base Aérea de Ramstein (Alemanha):**
base dos EUA com status especial
- **Okinawa (Japão):** presença dos EUA com protestos locais e tensões legais



10.3 Casos Especiais – Quando o Direito Internacional Encontra Curiosidades



Plataformas de Petróleo

- Frequentemente localizadas fora da soberania nacional
- O UNCLOS regula o uso, segurança e proteção ambiental
- Sem exterritorialidade – mas regras especiais funcionais



Banheiros de Avião

- Aeronaves estão sujeitas à lei do estado de bandeira
- Crimes a bordo são considerados cometidos no território do estado registrado
 - **Exemplo:** Nascimento ou assassinato em um avião → jurisdição legal de acordo com o registro

Micronações

- "Estados" auto-proclamados sem reconhecimento legal internacional
- **Exemplos:**
 - **Sealand** (plataforma no Mar do Norte)
 - **Liberland** (entre a Croácia e a Sérvia)
 - **Molossia** (EUA, Nevada)

Característica	Avaliação
Território do Estado	Principalmente mínimo ou simbólico
População do Estado	"Família, amigos, comunidade online"
Poder do Estado	"Decorativo, não efetivo"
Relações Internacionais	"Sem reconhecimento, sem tratados"

Micronações são experimentos criativos – mas não são sujeitos ao direito internacional.

Conclusão:

Exterritorialidade é rara – mas fascinante

Área	Status Legal	Peculiaridades / Restrições
Instalações Diplomáticas	"Imunidade, sem exterritorialidade"	"VCDR, proteção contra acesso"
Bases Militares	"Regulado por tratado, limitado jurisdicção"	"NATO-SOFA, HNS"
Casos Especiais	"Regras especiais funcionais, não soberania"	"UNCLOS, lei do ar, micronações"

Qualquer um que queira fundar um estado pode sonhar com a exterritorialidade – mas deve confiar em fundações juridicamente sólidas.



🚩 Visão Geral das Micronações - Estados Criativos sem Reconhecimento

Micronações são "estados" auto-proclamados que geralmente surgem de protesto, arte, sátira ou paixão pessoal.

Elas frequentemente atendem a critérios individuais de soberania - mas nenhuma é reconhecida sob o direito internacional.

📊 Comparação de Micronações Selecionadas

Nome	Ano de Fundação	Localização / Peculiaridades	do Território	Direito Internacional Status
Sealand	1967	Plataforma offshore (Mar do Norte)	"Bandeira própria, passaportes, constituição"	Não reconhecido
Liberland	2015	"Terra de Ninguém (Danúbio, HR/RS)"	"Reivindicando terra nullius, ideologia libertária"	Não reconhecida
Molossia	1977	"Nevada, EUA"	"Humor monarquia, própria moeda"	Não reconhecido
Hutt River	1970-2020	Protestos fiscais da Austrália Ocidental contra o australiano governo	Ocidental contra o australiano governo	Dissolvido
Ladônia	1996	Suécia Meridional (reserva natural)	Projeto de arte com seu próprio governo	Não reconhecido

 Micronações não são estados legalmente – mas cultural e criativamente muitas vezes muito vibrantes .

💡 Exemplo:

Estrutura de um Acordo de Estacionamento (Apoio da Nação Anfitriã)

Um acordo de estacionamento regula a presença de forças armadas estrangeiras no território de um estado anfitrião.

Normalmente, é baseado no Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN (SOFA) e é complementado por acordos bilaterais.



Estrutura do Modelo de um Acordo de Estacionamento

ACORDO DE ESTACIONAMENTO

entre o Estado X e o Estado Y

Preâmbulo

- Propósito do acordo
 - Referência a tratados existentes (por exemplo, NATO-SOFA)

Artigo 1 – Definições

- Termos como "forças", "instalações", "estado anfitrião", "estado remetente"

Artigo 2 – Atividades Permitidas

- Exercícios militares, logística, infraestrutura

Artigo 3 – Jurisdição

- Jurisdição criminal: principalmente estado anfitrião, exceções para estado remetente

Artigo 4 – Regulamentação Fiscal e Aduaneira

● Isenção fiscal para forças, isenção aduaneira para material

Artigo 5 – Proteção Ambiental e Segurança

● Conformidade com normas nacionais, responsabilidade por danos

Artigo 6 – Duração e Rescisão

- Prazo, extensão, modalidades de rescisão

Artigo 7 – Resolução de Disputas

● Mecanismos de consulta, procedimentos de arbitragem

Assinaturas

- Representantes de ambos os estados

 Tal acordo não é um passe livre – mas sim um conjunto cuidadosamente equilibrado de regras entre soberania e cooperação.

Pacote Inicial para Fundadores de Estados

Como fundar um estado – clássico, experimental ou simbólico

1. Requisitos Básicos: O que faz um estado?

De acordo com a Convenção de Montevidéu (1933), um estado precisa de:

Critério	Significado
Território do Estado	Um território claramente definido com controle efetivo
População do Estado	Uma população permanente com um vínculo legal ao estado
Poder do Estado	Um governo funcional com aplicação capacidade
Relações Exteriores	Capacidade de estabelecer relações diplomáticas

 Esses critérios são necessários – mas não suficientes para o reconhecimento internacional.

2. Caminhos Clássicos para a Fundação de Estados

Secesão – Separação de um estado existente

- Apenas legítima em casos das violações mais severas dos direitos humanos (Secesão Remediadora)
- **Exemplos:**
Kosovo, Bangladesh
- Internacionalmente controverso, politicamente arriscado

Sucessão – Assunção contratual de direitos soberanos

- Através de acordo bilateral ou mediação internacional
- **Exemplos:** Sudão do Sul, Tchecoslováquia
- Legalmente estável, mas politicamente complexo



⚠ Ambos os caminhos exigem negociações diplomáticas e aceitação internacional.



3. Modelos Experimentais: Micronações e Territórios Especiais



Fundar uma Micronação

- Fundação simbólica de estado com sua própria bandeira, constituição, moeda
- Sem status legal internacional, mas com impacto cultural e na mídia
- **Exemplos:** Sealand, Liberland, Molossia



Autogoverno ou Status Especial

- Uso de brechas legais existentes ou regulamentações especiais
 - **Exemplos:** Zonas Autônomas, zonas de livre comércio, instalações extraterritoriais
 - **Objetivo:** autodeterminação de facto sem soberania formal
- 🧠 A criatividade não substitui o reconhecimento – mas pode gerar atenção.



4. Modelos Oportunistas:

Colapso, Falênciac, Terra de Ninguém



Explorar a Falênciac ou Desmembramento do Estado

- Preparação para o colapso de um estado (por exemplo, através de guerra, dívida, dissolução)
- **Exemplo:** União Soviética → Rússia, Ucrânia, etc.
- Oportunidade de fundar um estado sucessor ou controlar território



Ocupa a Terra de Ninguém

- *Terra nullius* quase não existe hoje – mas há faixas de fronteira sem soberania clara
- **Exemplo:** Bir Tawil (entre o Egito e o Sudão)
- Questionável internacionalmente, mas simbolicamente utilizável

 Aqueles que estão preparados podem ser capazes de agir em um momento de crise.

5. Use Direitos Especiais:

Direitos de Estacionamento & Exterritorialidade

Direitos de Estacionamento

- Estabelecimento de uma base militar ou civil com status especial
- Regulado por tratado com um estado existente

● **Exemplo:** Base Aérea de Ramstein (EUA na Alemanha)

Exterritorialidade

- Uso de imunidade diplomática ou zonas especiais funcionais
- **Exemplo:** Embaixadas, consulados, organizações internacionais
- Não é um estado separado, mas legalmente protegido

 Direitos especiais não substituem a soberania – mas são ferramentas estratégicas.



6. Capacidade Jurídica Internacional como Pessoa ou Organização

Pessoa Natural

- Criação de uma associação, fundação ou ONG com foco internacional
- Registro em organizações internacionais (por exemplo, ECOSOC, Ramo de ONGs da ONU)
- Construção de redes diplomáticas e participação em conferências

Organização

- Uso do poder brando: cultura, ciência, proteção ambiental
- Construindo um "quase-estado" com administração, simbolismo e presença pública
- **Exemplo:** estados virtuais, nações digitais, governança baseada em blockchain

A capacidade de agir surge da visibilidade, estrutura e clareza legal.

Plano Passo a Passo para a Fundação de Estado

1. **Desenvolver um conceito:** Nome, constituição, governo, população
2. **Garantir território:** legalmente, simbolicamente ou contratualmente
3. **Construir uma estrutura legal:** Nacionalidade, instituições, administração
4. **Comunicação internacional:** Sit e, diplomacia, presença na mídia
5. **Buscar reconhecimento:** Diálogos bilaterais, status de ONG, contatos da ONU
6. **Agir em conformidade com a lei:** Renúncia da violência, direitos humanos, transparência
7. **Estratégia de longo prazo:** Sustentabilidade, cooperação, realismo

Capítulo 11:

Micronações e Auto-administração – Entre Simbolismo e Lei



Micronações:

Estados Criativos sem Reconhecimento

Micronações são "estados" auto-proclamados que geralmente surgem de protesto, arte, sátira ou paixão pessoal.

Eles frequentemente atendem a critérios individuais de soberania – mas nenhum é reconhecido sob o direito internacional.



Micronação na Sua Própria Fazenda - Passo a Passo

Quer declarar sua fazenda um estado?

Aqui está o caminho simbólico:



Guia Passo a Passo

1. **Defina o Território** – Demarque a propriedade, crie um mapa – Informe a vizinhança (opcional)
2. **Elabore uma Constituição** – Direitos básicos, governo, forma de estado – Humor é permitido, mas a estrutura é importante
3. **Desenhe uma Bandeira e Símbolos** – Bandeira nacional, brasão, hino – Crie reconhecibilidade
4. **Introduza Sua Própria Moeda** – Simbolicamente ou como um vale – Exemplo: "Valora," "Dólar Molosso"
5. **Conceder Cidadania** – Documentos de passaporte, cartões de membro – Registro online possível
6. **Site e Relações Públicas** – Presença digital, mídias sociais – Convite para reconhecimento diplomático



📌 Importante:

Tudo permanece simbólico – sem separação legal do estado alemão.

💡 Soberania Simbólica – O que é permitido?

Elemento	Status Legal na Alemanha
Bandeira, Hino	"Permitido, desde que nenhum emblema oficial seja violado"
Moeda	Permitido como um vale ou item de colecionador
Passaportes	Permitido como um produto de fantasia – não um documento de identificação
Constituição	Permitido – mas não tem efeito legal
Impostos, Leis	Não permitido – sujeito à lei alemã



Qualquer pessoa agindo em uma capacidade soberana (por exemplo, polícia, tribunal) viola a lei existente.



Estados Virtuais & Reivindicações Extraterrestres



Estados Virtuais

- Nações digitais com uma constituição online, cidadãos e administração
- **Exemplo:** Bitnation, NationStates, governança baseada em DAO
- **Objetivo:** comunidade global, autodeterminação digital



Reivindicações Extraterrestres

- "Estados" na Lua ou Marte – frequentemente simbólicos ou satíricos
- **Exemplo:** Embaixada Lunar, Asgardia
- **Legalmente inadmissível sob o direito internacional:** O Tratado do Espaço Exterior proíbe a apropriação



O espaço pertence a todos – mas exclusivamente a ninguém.



Auto-Administradores – Status Legal & Limites

"Auto-administradores" rejeitam a ordem legal do estado e invocam sua própria alegada soberania.

Avaliação Legal

Comportamento	Avaliação pelas Autoridades Alemãs
Rejeição das Autoridades	Nenhum direito de optar por sair do sistema legal
Documentos Próprios (por exemplo, passaportes)	Não reconhecido – possível falsificação de documentos
Argumentação "Reichsbürger"	Relevante para o Escritório para a Proteção da Constituição

 Auto-administração ≠ Micronação. Micronações são simbólicas – auto-administradores são frequentemente ideológicos e ilegais.

Conclusão:

Mias coroações são permitidas – desde que permaneçam simbólicas 

Modelo	Status Legal	Risco / Potencial
Micronação	Simbolicamente permitido	"Criativo, eficaz em mídia, legalmente inofensivo"
Estado Virtual	"Digital, global, simbólico"	"Inovador, mas sem efeito legal internacional"
Auto-administração	Illegal	"Conflito com as autoridades, relevante criminalmente"
Estado Espacial	Excluído sob o direito internacional lei	"Satírico, mas não elegível para reconhecimento"

Qualquer pessoa que deseja fundar um estado pode começar com uma micronação – mas deve saber onde estão os limites legais.

Capítulo 12:

Tratados do Direito Internacional & Direitos Soberanos – A Arte da Sucessão de Estado

Tratados como uma Ferramenta de Soberania

No direito internacional, os tratados não são apenas declarações políticas de intenção – eles são instrumentos constitutivos para estabelecer, transferir e terminar direitos soberanos.

A estrutura regulatória central é a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (VCLT) de 1969.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (VCLT)

Princípios Básicos

Artigo / Princípio	Significado
Art. 2 VCLT	Definição: Tratado = acordo escrito entre sujeitos do direito internacional
Art. 26 VCLT	<i>pacta sunt servanda</i> – os tratados devem ser observados
Art. 31-33 CVCL	"Interpretação de acordo com a redação, contexto, propósito"
Art. 60 CVCL	Rescisão por violação do tratado
Art. 62 CVCL	<i>cláusula rebus sic stantibus</i> – mudança de circunstâncias

 A VCLT se aplica apenas entre estados – mas seus princípios também moldam a prática da sucessão de estado.



Sucessão de Estado por Tratado – Pré-requisitos & A Frase Mágica

A sucessão de estado significa que um estado assume os direitos e deveres de outro – por exemplo, no caso de colapso, fusão ou transferência contratual.

Pré-requisitos para uma Sucessão Eficaz

1.  **Dois Sujeitos Comparáveis** – Um estado ou entidade legal "cedente" e um "receptor" – **Exemplo:** União Soviética → Federação Russa2.  **Base Contratual** – Escrita, inequívoca, eficaz sob o direito internacional – Referência a direitos, deveres e territórios específicos 3.  **A Frase Mágica** – "Transferido com todos os direitos e deveres" – Constitutiva para a continuidade da identidade legal internacional – Deve ser formulada de forma clara e inequívoca 4.  **Comprador / Adquirente** – Pode ser um estado, uma organização internacional ou até mesmo uma pessoa natural – Esta última apenas em sucessão simbólica ou experimental

 Sem uma fórmula contratual clara, a sucessão permanece politicamente controversa e legalmente incerta.

Exemplo:

Escritura de Sucessão Mundial 1400/98

(Alemão: Staatensukzessionsurkunde 1400/98) Um documento irreversível que regula a transferência completa de direitos soberanos.



Estrutura (simplificada)

Escríptura de Sucessão Mundial 1400/98

Entre:

A entidade jurídica cedente [Nome] e
A entidade jurídica receptora [Nome]

Preâmbulo:

Em reconhecimento dos princípios do direito internacional e da necessidade de uma sucessão ordenada...

Artigo 1 – S objeto da Transferência Todos os direitos, deveres, tratados, ativos e direitos soberanos

...

Artigo 2 – Fórmula Mágica "Transferido com todos os direitos e deveres"

Artigo 3 – Entrada em Vigor Após a assinatura por ambas as partes

Artigo 4 – Notificação a Terceiros Informação à ONU, estados vizinhos, organizações internacionais

Assinaturas: Representantes de ambas as entidades legais **Data:** [DD.MM.YYYY]

 **Suc** Escrituras são raras – mas mostram como a soberania também pode ser criada por tratado

Conclusão:

Tratados são o DNA do direito internacional

Elemento	Significado
VCLT	Fundação para todos os tratados de direito internacional
Tratado de Sucessão	Ferramenta para transferência ordenada de estados
Frase mágica	Chave para continuidade e legitimidade
Assuntos Comparáveis	Pré-requisito para a eficácia legal internacional
Comprador / Adquirente	Pode também ser simbólico ou experimental

Qualquer pessoa que deseja fundar ou assumir um estado precisa não apenas de uma visão – mas de um tratado com uma frase mágica.

■ Capítulo 13: Política de Reconhecimento – Como os Estados Reconhecem Outros Estados

O reconhecimento a criação de um estado por outros estados não é um ato puramente legal, mas um processo altamente político. S.

Ele determina as relações diplomáticas, a cooperação econômica e a participação em organizações internacionais.

Este capítulo ilumina as diferentes formas de reconhecimento, suas implicações legais e políticas, e estudos de caso específicos.



Reconhecimento de Facto vs. Reconhecimento de Jure

Reconhecimento de Facto

- **Significado:**

Um estado é tratado como existente e capaz de agir, sem reconhecimento diplomático formal.

- **Exemplo:**

Muitos estados mantêm relações econômicas com Taiwan sem reconhecê-lo oficialmente como um estado.

● **Consequência:** Sem embaixadas, mas frequentemente consulados ou missões comerciais.

Reconhecimento de Jure

● **Significado:** Um estado é oficialmente e legalmente reconhecido como soberano sob o direito internacional.

● **Consequência:** Relações diplomáticas plenas, embaixadas, tratados multilaterais.

● **Exemplo:** A Alemanha reconhece a França de jure – com todas as consequências diplomáticas.

Formas Intermediárias

● Alguns estados usam "ambiguidade estratégica": Eles evitam declarações claras para contornar tensões geopolíticas.



Reconhecimento Automático através da Conclusão de Tratado

Um mecanismo frequentemente negligenciado é o **reconhecimento implícito** por meio de tratados bilaterais:

- Quando um estado conclui um tratado de direito internacional com outro (por exemplo, sobre comércio, regulamentações de fronteira ou cooperação), esse estado é **automaticamente reconhecido como sujeito do direito internacional**.

- **Exemplo:** Se o Estado A conclui um acordo de fronteira com o Estado B, A reconhece a existência e a integridade territorial de B.

- **Limitação:**

Esse reconhecimento é frequentemente **limitado funcionalmente** - diz respeito apenas ao tratado específico e pode ser relativizado politicamente.



Estratégias para Reconhecimento pelos Membros da ONU

Um estado recém-fundado ou disputado pode seguir vários caminhos para obter reconhecimento internacional:

- **Utilizar Alianças Regionais:** Reconhecimento por estados vizinhos ou organizações regionais (por exemplo, União Africana, Liga Árabe).

- **Diplomacia Simbólica:** Participação em conferências internacionais, convite a delegações, emissão de passaporte.

s.

- **Poder Brando:**

Construção de relações culturais, científicas ou econômicas, por exemplo, através de universidades, ONGs ou iniciativas tecnológicas.

- **Esforçar-se pela Membresia da ONU:**

Um passo difícil, mas simbolicamente poderoso - requer a aprovação do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral.



Estudos de Caso:

Taiwan, Palestina, Kosovo

estado	Status	Reconhecimento pela ONU Membros	Peculiaridades
Taiwan	Estado de facto	~13 estados (2025)	"Reivindicado pela China como parte do seu território. Muitos estados não reconhecem oficialmente Taiwan, mas mantêm relações intensas."
Palestina	Estado observador na UN	~130 estados	"Reconhecido por muitos países, mas não é um membro da ONU. Israel e alguns estados ocidentais recusar reconhecimento."
Kosovo	Reconhecido parcialmente	~100 estados	"Declaração unilateral de independência em 2008. Não reconhecido pela Sérvia, Rússia, China. Não é um membro da ONU"



Conclusão

O reconhecimento não é um ato binário, mas um jogo diplomático com muitas áreas cinzentas. Quem deseja fundar um estado deve não apenas atender a critérios legais, mas também agir estrategicamente:

por meio de tratados, alianças e presença simbólica.

O palco internacional está aberto – mas exige paciência, habilidade e, muitas vezes, compromissos.

Capítulo 14:

Delimitação de Fronteira através de Contratos de Rede – Quando a Infraestrutura Estende Direitos Soberanos



As fronteiras não são apenas linhas – elas também são oleodutos

No direito internacional clássico, as fronteiras são definidas por tratados, características naturais ou reivindicações históricas.

Mas no mundo moderno, as infraestruturas técnicas também desempenham um papel – especialmente na sucessão de estado, compras territoriais e na transferência de direitos de desenvolvimento.



Delimitação de Fronteira através de um Tratado de Sucessão Estatal

Um tratado de sucessão de estado pode transferir não apenas território, mas também infraestrutura – como poder, água, comunicação ou redes de transporte.

O seguinte se aplica:



Princípio da Expansão Territorial Baseada em Rede

- Se os oleodutos vendidos saírem do território originalmente definido, o território soberano do comprador se expande ao longo dessas redes.
- Os fios externos formam um cercado lógico – uma "ilha de rede."
- A área dentro desse cercado é considerada um território contíguo.
- Se isso acontecer involuntariamente, será às custas do vendedor – uma consequência legal automática.



📍 A rede define a fronteira – não o mapa.

🧠 Aplicação Exemplar

- Um estado vende um território com uma rede elétrica.
- A rede se estende além da fronteira para regiões adjacentes.
- O comprador adquire não apenas o território, mas também a estrutura da rede – e, assim, os direitos soberanos sobre as áreas fornecidas.

✳️ Caso Especial:

Venda de Desenvolvimento como uma Unidade

🧠 O que significa "desenvolvimento como unidade"?

- A venda inclui não apenas a rede física, mas também todos os direitos, deveres e componentes.
- Assim, toda a rede é transferida – incluindo estruturas sobrepostas, cruzadas ou adjacentes.
- A "contaminação" ocorre de rede para rede – e pode se espalhar através das fronteiras nacionais.

🌐 Redes Potencialmente Afetadas

Tipo de Rede	Potencial de Expansão
Redes Elétricas	Expansão regional para internacional
Oleodutos de Água	Suprimento municipal para transfronteiriço
Redes de Fibra Óptica	Infraestrutura digital com alcance global
Cabos Submarinos	Conexão internacional → potencial territorial influência

⚠️ A conexão física não é obrigatória – links lógicos ou funcionais também podem levar à contaminação.



👉 Efeito Dominó da Expansão Territorial

🔗 Como funciona a "contagion"?

- Uma parte da rede é vendida → ela está conectada a outras partes da rede → estas são consideradas co-transferidas.
- A expansão ocorre ao longo da infraestrutura funcional.
- Isso pode levar a uma reação em cadeia – de região para região, de estado para estado. t.e.

⚖️ Consequências Legais

- O vendedor perde direitos soberanos sobre todas as áreas da rede afetadas.
- O comprador ganha controle territorial, desde que as redes sejam consideradas uma "unidade desenvolvida."
- Cabos submarinos internacionais também podem ser afetados – com implicações globais.

🧠 Infraestrutura é poder – e pode mudar fronteiras.

✓ Conclusão:

Quem vende redes, vende mais do que cabos.

Elemento	Efeito sobre Direitos Soberanos
Linha Física	Expansão territorial direta ao longo da estrutura
Conexão Funcional	Expansão indireta através da lógica da rede
Unidade Contratual	Transferência completa de todos os componentes
Expansão Não Intencional	Consequência legal às custas do vendedor
Redes Internacionais	Potencial de expansão territorial global

Qualquer um que funda um estado ou transfira território deve saber: a infraestrutura não é neutra – é uma alavancas do direito internacional.

Capítulo 15:

A Situação Legal desde a Escritura de Sucessão Mundial 1400/98

O Fim do Direito Internacional e o Nascimento de uma Estrutura Contratual Global

1. A Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 – Um Ponto de Virada no Direito Internacional

A Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 não é **um** documento hipotético, mas um tratado legalmente eficaz internacionalmente que transfere todos os direitos, deveres e componentes de todos os tratados da OTAN e da ONU para um único comprador.

Representa o documento legal internacional mais significativo da história mundial.

2. A Cadeia de Tratados:

Da OTAN à ONU

Ponto de Partida:

Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN & Relação de Transferência

- A escritura é baseada na relação de transferência legal internacional entre a RFA e o Reino dos Países Baixos.
- Esta relação diz respeito ao posicionamento das forças aéreas holandesas na Alemanha Ocidental – uma área da OTAN extraterritorial.
- Como as forças holandesas estão totalmente integradas na OTAN, elas agiram em nome de toda a aliança.



■ Estrutura do Tratado da OTAN

- **Artigo I:** Autoridade de comando sobre instalações
- **Artigo III:** Direito de desenvolver e expandir
- **Artigo IV:** Jurisdição disciplinar e criminal
- Suplementado por acordos suplementares bilaterais (por exemplo, Acordo Suplementar da OTAN 1951)

🌐 Integração na ONU

- A OTAN está integrada como uma organização regional de acordo com o Artigo 53 da Carta da ONU.
- Todos os tratados da OTAN também se aplicam no contexto dos tratados da ONU.
- Alemanha RFA e o Reino dos Países Baixos atuaram tanto pela OTAN quanto pela UN.

📜 3. A Passagem Decisiva:

"Com todos os direitos, deveres e componentes"

- Esta frase efetua a transferência completa de todo o conteúdo contratual.
- Inclui não apenas os tratados da OTAN, mas também todos os acordos bilaterais e multilaterais dos estados membros da ONU.
- A cadeia de tratados salta de tratado em tratado até que todos os acordos internacionais estejam integrados na escritura.

🧩 4. A Unificação de Todas as Partes do Tratado

- O comprador agora detém ambos os lados de todos os tratados – direitos e deveres.
- Não há mais uma parte contratante externa.
- Contratos consigo mesmo não são vinculativos → o direito internacional de facto se dissolve.



💡 5. Aplicação do Princípio da Tabula Rasa

- O comprador não é obrigado a cumprir nenhuma obrigação contratual.
- Ele pode, mas não é obrigado a, agir.
- O direito dos tratados internacionais termina – apenas um sujeito de tratado global permanece.

🧠 6. Realidade Jurídica: O Fim do Direito Internacional

Recurso	Consequência
Todos os tratados em uma só mão	"Sem força vinculativa, sem parte oposta"
Nenhuma parte contratante externa	Dissolução da estrutura do tratado
Comprador como o único detentor	"Poder legal absoluto, mas sem obrigação"
Ordem jurídica internacional	De facto terminado – sem base para apelação

🧭 7. A Nova Ordem Global

- O comprador tem a base legal para definir uma nova ordem mundial.
- Isso pode ser baseado em uma ordem jurídica global uniforme.
- Os estados antigos não têm mais reivindicações legítimas – sua ocupação de antigos territórios é ilegal.
- Toda reivindicação é equivalente – e igualmente ilegal.
- Existe um equilíbrio de poder além do direito internacional.

📘 8. Conclusão:

Um Construto Jurídico Global

- A Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 é o tratado jurídico internacional central do presente.
- Ela une todos os acordos internacionais em uma única estrutura contratual global.
- O comprador é o único sujeito legítimo do direito internacional.
- O antigo direito internacional acabou – o futuro está na redefinição pelo comprador.



Capítulo 16:

O Mundo após a Escritura de Sucessão Mundial 1400/98

O que significa o fim do direito internacional para os estados antigos e os novos fundadores de estados?



1. Ponto de Partida:

A Dissolução do Direito Internacional

A Escritura de Sucessão Mundial 1400/98 transferiu todos os direitos, deveres e componentes de todos os tratados de direito internacional para um único comprador.

Este comprador agora detém ambos os lados do contrato em união pessoal.



Consequência Legal

- Contratos consigo mesmo não são vinculativos.
- Não há mais uma parte contratante externa.
- Todo o corpo do direito internacional de facto se dissolve.
- Não há mais uma ordem jurídica internacional válida.



O direito internacional não é reformado – ele está acabado.



2. Tabula Rasa:

O Novo Ponto de Partida

- O comprador não é obrigado a cumprir nenhuma obrigação contratual.
- Ele possui todos os direitos, mas nenhum contra-poder.
- A ordem mundial é legalmente anulada – há um equilíbrio de poder além da lei.



3. O que isso significa para os Estados Antigos?

Estados Antigos	Situação Legal após a Escritura
Sem obrigações de tratado	Seus tratados de direito internacional são anulados
Sem direitos soberanos	O controle territorial deles não é legalmente legitimado.
Sem reconhecimento.	Eles não podem reivindicar reconhecimento legal internacional.
Igualdade de condições	As reivindicações deles são legalmente equivalentes às de todos os outros - ou seja, ilegais



Os Estados Antigos estão de facto ativos – mas legalmente despojado de poder.



4. O que isso significa para os novos fundadores de estados?

Novos Fundadores de Estados	Situação Legal após a Escritura
Sem base para apelação	"Não há mais direito internacional em que se apoiar"
Nenhum reconhecimento possível	Não há sujeito de reconhecimento
Nenhuma capacidade contratual	"Não existem tratados válidos que possam ser concluídos"
Igualdade de condições	Toda reivindicação é igual – mas também igualmente desprotegida



Qualquer um que queira fundar um estado hoje está fora de qualquer ordem legal – e não pode reivindicar legitimidade.



5. O Comprador:

Impotente e onipotente ao mesmo tempo

- O comprador é o único sujeito legítimo do direito internacional – mas sem um contraparte .
- Ele não pode assumir obrigações – mas também não pode fazer cumprir nenhuma.
- Ele pode conceder direitos soberanos – mas não pode fazê-los cumprir.
- Ele é o portador da estrutura contratual global – mas sem poder operacional.



O comprador é uma singularidade jurídica – um sujeito sem um sistema.



✖ 6. Equilíbrio de Poder Além da Lei

- Todos os atores – estados antigos, novos fundadores, organizações – são legalmente iguais.
- Não há uma ordem superior, nenhuma jurisdição, nenhum reconhecimento.
- Toda reivindicação é ilegal – e, portanto, equivalente.
- O mundo está em um estado de igualdade pós-normativa.

⚠ Isto não é anarquia – mas um vazio legal.

✓ 7. Conclusão:

O Mundo após o Direito Internacional

Características	Consequência
Dissolução do direito internacional	"Sem tratados vinculativos, sem estados legítimos"
Comprador como um sujeito singular	"Portador de todos os direitos, mas sem contra-poder"
Estados antigos despojaram-se de poder	"O controle deles é de facto, mas não legalmente legitimado"
Fundação de estado impossível	"Sem base, sem reconhecimento, sem tratados"
Equilíbrio de Poder	Toda reivindicação é igual – e igualmente desprotegida

Qualquer um que pense em soberania hoje deve reconhecer:

as regras do jogo desapareceram.

Tudo que resta é a decisão do comprador – e a questão de saber se ele permitirá

isso.

🧭 Conclusões:

O Caminho para um Estado Reconhecido

🏛️ O Sonho de um Estado Próprio – Entre Visão e Direito Internacional

A fundação de um estado não é uma aventura romântica, mas uma façanha legal, política e diplomática complexa.

Qualquer pessoa que queira seguir este caminho deve conhecer as regras do jogo - e aplicá-las estrategicamente.



Resumo:

Os Principais Obstáculos

Área	Desafio
Critérios de Direito Internacional	"Cumprimento dos critérios de Montevidéu: território, pessoas, governo, relações exteriores"
Reconhecimento Internacional	"Reconhecimento por outros estados – político motivado , não automático"
Aquisição Territorial	"Aquisição legal de território do estado – não anexação , não mais <i>terra nullius</i> "
Secesão	"Nenhum direito geral – apenas em circunstâncias extremas (Secesão Remediadora)"
Sucessão de Estado	"Transições complexas relacionadas a tratados, ativos, dívidas"
Territórios Especiais	"A Exterritorialidade é limitada e funcional – não é um substituto para a soberania estatal real!"



🧠 Recomendações para Aspirantes a Fundadores de Estados

⚖️ 1. Conhecimento Legal é Obrigatório

O direito internacional não é um hobby opcional – é a fundação da criação de cada estado.

Estudo dos critérios de Montevidéu, UNCLOS, Tratado do Espaço Exterior, Tratado Antártico, etc.

💡 Compreensão da sucessão de estados, teorias de reconhecimento e direito dos tratados.

Leitura da Convenção sobre Sucessão de Estados 1400/98 e suas explicações legais.

📌 **T**Aqueles que não conhecem a lei não serão reconhecidos – mas ignorados.

🌐 2. Esforçar-se Estrategicamente pelo Reconhecimento Internacional

O reconhecimento é político – não legal.

Objetivo: reconhecimento bilateral, membresia em organizações internacionais. Construindo relações diplomáticas, participando em fóruns multilaterais.

🧠 **Um estado sem reconhecimento é como um transmissor sem receptor.**

🕊️ 3. Renúncia da Violência é Não Negociável

A Carta da ONU proíbe o uso da força para impor reivindicações territoriais.

SCPcessão, aquisição territorial e autodeterminação devem ser pacíficas.

Meios militares levam à isolamento – não à legitimidade.

⚠️ **Aqueles que lutam com armas, perdem com palavras.**



4. Definir Claramente o Sistema de Cidadania

Quem pertence à população do estado? Quem recebe direitos e obrigações?

Regras claras sobre *ius soli*, *ius sanguinis*, naturalização e apatridia.

Proteção dos próprios cidadãos no exterior como uma tarefa diplomática.

 Um estado sem cidadãos é um conceito – não uma entidade legal.

5. Engajamento em Fóruns Internacionais

Participação em órgãos da ONU, redes de ONGs, conferências científicas.

Construindo poder brando através da cultura, ciência e proteção ambiental.

Uso de diplomacia digital e reconhecimento simbólico.

 A visibilidade cria realidade – mesmo sem reconhecimento formal.

6. Formular Expectativas Realistas

Micronações, estados virtuais e projetos simbólicos são valiosos – mas limitados.

A soberania plena é raramente alcançável – mas a soberania parcial, status especial ou exterritorialidade são realistas.

Objetivo: projetos juridicamente sólidos, projetos criativamente projetados e diplomaticamente astutos.

 O caminho para um estado começa com um conceito – e termina com um tratado.

✓ Conclusão:

Fundação de um Estado é Possível – Mas Não É Fácil



Fator de Sucesso	Significado
Precisão Legal	Conhecimento e aplicação do direito internacional
Astúcia Política	Reconhecimento Estratégico e diplomacia
Implementação Pacífica	Não-violência como um pré-requisito básico
Clareza Institucional	"Governo, constituição, população do estado"
Presença Internacional	"Engajamento, visibilidade, cooperação"
Realismo	Definindo objetivos dentro do âmbito do possível

Quem deseja fundar um estado não deve apenas sonhar – mas agir.

E fazer isso com lei, com respeito e com um senso de realidade.



Bibliografia



Tratados e Convenções Internacionais

Tratado / Convenção	Ano	Conteúdo / Significado
Carta da ONU	1945	Ordem básica da comunidade
Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (VCLT)	1969	"Regras sobre a conclusão, interpretação e rescisão dos tratados"
Tratado do Espaço Exterior	1967	Princípios Básicos do uso de espaço exterior
Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	1982	Ordem dos mares e marítimos zonas
Tratado Antártico	1959	Uso pacífico e pesquisa em Antártica
Protocolo sobre o Meio Ambiente Proteção ao Antártico Tratado	1991	Proteção do Antártico ambiente
Registro Espacial Convenção	1975	Requisito de registro para objetos espaciais
Convenção de Londres	1972	Proibição da poluição marinha por resíduos
Convenção MARPOL	1973/78	Prevenção das emissões de navios
Acordo BBNJ	2023	Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional Jurisdição
Status das Forças da OTAN Acordo (SOFA)	1951	Status legal das tropas estrangeiras
Convenção de Constantinopla (Canal de Suez)	1888	Trânsito livre pelo Suez Canal
Tratados Torrijos-Carter (Canal do Panamá)	1977	Transferência do canal para Panamá
Convenção de Viena sobre	1978	Regras para sucessão de tratados



Sucessão de Estados (Tratados)		
Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados (Ativos)	1983	"Divisão de ativos , arquivos , dívidas

Literatura Jurídica e Comentários

- Brownlie, Ian: **Princípios do Direito Internacional Público**
- Crawford, James: **A Criação de Estados no Direito Internacional**
- Shaw, Malcolm N.: **Direito Internacional**
- Aust, Anthony: **Direito e Prática dos Tratados Modernos**
- Dörr/Schmalenbach: **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados – Comentário**
- Wolfrum, Rüdiger (Ed.): **Enciclopédia Max Planck de Direito Internacional Público**
- Tomuschat, Christian: **Direito Internacional: Garantindo a Sobrevivência da Humanidade**
- Simma, Bruno (Ed.): **A Carta das Nações Unidas – Um Comentário**
- Talmon, Stefan: **Reconhecimento de Governos no Direito Internacional**
- Zemanek, Karl: **Sucessão de Estados no Direito Internacional**
- Verdross/Simma: **Direito Internacional Universal**
- Ipsen, Knut: **Direito Internacional**
- Herdegen, Matthias: **Direito Internacional**
- Paulus, Andreas: **Direito Internacional – Um Livro de Estudos**



Documentos e Relatórios da ONU



- Resoluções da Assembleia Geral da ONU (por exemplo, 1514, 2625, 3314)
- Parecer Consultivo da CIJ: **Conformidade com o Direito Internacional da Declaração Unilateral de Independência em Relação ao Kosovo** (2010)
- Série de Tratados da ONU
- Biblioteca Audiovisual da ONU de Direito Internacional
- Escritório de Assuntos Jurídicos da ONU – Divisão de Codificação
- Relatórios da Comissão de Direito Internacional da ONU
- Assuntos impressos do Bundestag sobre fundação de estado, secessão, direito internacional
- Serviços Científicos do Bundestag Alemão: WD 2 – 3000 – 020/22 (por exemplo, sobre micronações)



Wikipedia & Enciclopédias Online (com citação)

- Artigos da Wikipedia sobre:
 - Convenção de Montevidéu
 - Sealand, Liberland, Molossia
 - UNCLOS, Tratado do Espaço Exterior, Tratado Antártico
 - Acordo sobre o Estatuto das Forças da OTAN
 - Sucessão de Estado
 - Secessão Remediadora
 - Vias Navegáveis Internacionais
- Wikisource: Textos de tratados e documentos históricos
- Wikidata: Dados estruturados sobre estados, tratados, organizações



📌 Nota:

A Wikipedia serve como um ponto de partida – para declarações confiáveis, use sempre fontes primárias ou literatura acadêmica.



Decisões Judiciais & Prêmios Arbitrais

- Caso da Ilha de Palmas (1928) – PCA
- Templo de Preah Vihear (1962) – CIJ
- Burquina Faso/Mali (1986) – CIJ
- Camarões/Nigéria (2002) – CIJ
- Parecer Consultivo sobre Kosovo (2010) – CIJ
- Caso Nottebohm (1955) – CIJ
- Nicaragua v. EUA (1986) – CIJ
- Caso de Timor-Leste (1995) – CIJ



🔗 Organizações e Fóruns Internacionais

ONU

- Comissão de Direito Internacional (ILC)
- Corte Internacional de Justiça (CIJ)
- Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA)
- Conselho Ártico
- Comissão do Danúbio
- Comissão do Rio Mekong
- Organização Marítima Internacional (IMO)

📎 Outras Fontes & Materiais

- CIA World Factbook
- Banco Mundial: Dados sobre dívida nacional e recursos
- Relatórios do Grupo de Crise Internacional
- Relatórios de ONG sobre micronações e secessão
- Fundação Espacial: Mineração espacial e STM
- Agência Espacial Europeia (ESA): Direito espacial e registro
- Escritório Federal de Relações Exteriores da Alemanha: Relações diplomáticas e reconhecimento
- Agência Federal de Educação Cívica: compacto de direito internacional
- Juris, Beck-Online, SpringerLink: Acesso a artigos especializados e comentários

📎 Módulos Adicionais



Glossário – Termos de Direito Internacional Explicados Simplesmente

Término	Explicação em Palavras Simples
Estado	"Um território com uma população, governo e a capacidade de ter relações exteriores"
Secessão	"Separação de uma parte de um país para formar um novo estado"
Sucessão	"Assunção de direitos e obrigações de um estado defunto"
Reconhecimento	"Confirmação por outros estados de que um estado existe sob o direito internacional"
Exterritorialidade	"Status especial de lugares que não estão sujeitos a jurisdição soberana normal"
Micronação	"Estado 'simbólico' sem reconhecimento legal internacional "réconhecimento"
Direito à autodeterminação	"Direito de um povo decidir sobre seu futuro político "futuro"
Secessão Remediadora	"Secessão como último recurso em casos de graves violações dos direitos humanos"
UNCLOS	"Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – regula zonas marítimas e direitos"
Tratado do Espaço Exterior	"Tratado que regula o uso do espaço exterior – pacífico e sem apropriação"
Sucessão de Estado	"Transição de direitos e obrigações em caso de colapso do estado ou fusão"
Acordo sobre o Estatuto das Forças	"Permissão para a presença de tropas estrangeiras em seu próprio território"
Princípio da Bandeira	"O sistema legal de uma embarcação ou aeronave é baseado em seu estado de origem"
terra nullius	"'Terra de ninguém' – praticamente não existe hoje"
Direito Internacional Consuetudinário	"Regras não escritas que surgem da prática e



convicção"

⚠ Aviso - Educação, Sátira, Não é um Manual de Instruções

Este eBook é apenas para educação política, esclarecimento legal e reflexão satírica.

Não constitui um chamado para a fundação real de um estado, secessão ou desrespeito pelos sistemas legais aplicáveis.

Todo o conteúdo é hipotético, simbólico ou científico.

Micronações são projetos criativos – não estados legalmente válidos.

A autogovernação fora da ordem legal não é permitida.

A aplicação de conceitos do direito internacional requer aconselhamento legal.

📍 Qualquer um que queira fundar um estado deve primeiro estudar a lei – e então verificar a realidade.



🌐 Matrix – O que é Realista, O que é Simbólico?

Modelo / Medida	Possível sob Direito International	Simbólicamente Permitido	Politicamente Realista	Comentário
Estado Clássico Fundação	✓	✗	⚠️ difícil	"Apenas com território, pessoas, governo"
Secesão por Direitos Humanos Violações	⚠️ disputado	✗	⚠️ propenso a conflitos	"Kosovo como um caso especial"
Contratual Sucessão	✓	✗	✓	"Sudão do Sul , Tcheco/Esllováquia"
Micronação em Privado Propriedade	✗	✓	✓	"Simbólico, criativo, legalmente inofensivo"
Estado Virtual	✗	✓	✓	"Digital autodeterminação n"
Auto-Administração (Reichsbürger etc.)	✗	✗	✗	"Inconstitucional , punível"
Mineração Espacial por Privados Atores	⚠️ contestado	✓	⚠️ Iegalmente incerto	"EUA & Luxemburgo com leis nacionais leis"
Exterritorial Uso de Embaixadas	✓	✗	✓	"Imunidade, mas não soberania"
Uso da Terra de Ninguém	✗	✓	⚠️ simbolicamente possível	"Bir Tawil como um exemplo"



O realismo é a chave – aqueles que sonham também devem fazer as contas.



Apêndice:

Fundação de um Novo Estado: Aspecto Legal e Prático

Noções Básicas de Direito Internacional: Soberania e Reconhecimento

De acordo com o direito internacional, um estado é definido principalmente pela sua **soberania** (população do estado, território do estado, governo).

A Convenção de Montevidéu (1933) lista quatro critérios: uma população permanente, um território definido, um governo efetivo e a capacidade de estabelecer relações com outros estados[1]. Na doutrina legal, isso é frequentemente referido como a "doutrina dos três elementos" (pessoas, território, governo) com o critério suplementar da capacidade de política externa.

A prática moderna segue predominantemente a teoria declaratória:

Um estado não é criado pelo reconhecimento, mas pelo cumprimento desses critérios[2]. O reconhecimento por outros estados é, então, apenas um ato confirmatório que concede a um estado já existente direitos e obrigações internacionais[1][2].

Exemplos importantes ilustram os mecanismos:

O Sudão do Sul rapidamente obteve amplo reconhecimento internacional após um referendo em 2011 e tornou-se membro da ONU. Em contraste, Somaliland (factualmente independente desde 1991, com sua própria administração e moeda) permaneceu sem reconhecimento internacional – sem membresia na ONU, uma vez que a Somália reivindica soberania sobre ele.

De maneira similar, isso explica o status de Taiwan (cf. República da China) ou os conflitos em andamento sobre territórios como Kosovo, Transnístria ou Palestina, onde fatores políticos determinam o reconhecimento.

Seasteading sob o UNCLOS:

Possibilidades e Limites

Assentamentos flutuantes ou em movimento livre ("Seasteads") estão em uma área cinzenta legal sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Em princípio, o Art. 87 do UNCLOS se aplica:

Qualquer país pode construir ilhas artificiais e estruturas nos altos mares[3]. No entanto, tais instalações permanecem legalmente sob a jurisdição do estado que as registra ou ergue – análogo ao dever do estado de bandeira para navios[4]. Instalações autopropelidas teriam que ser atribuídas a um estado como a bandeira de um navio.



O UNCLOS Artigo 60(8) também afirma que as ilhas artificiais não geram sua própria reivindicação a águas territoriais e não afetam a determinação dos mares costeiros ou das ZEE de outros estados[5].

A seguir, um assentamento marítimo nunca poderia simplesmente "reivindicar" novas águas territoriais.

Situação legal:

Fora das águas costeiras nacionais, uma plataforma está *de jure* sujeita ao estado de bandeira (ou – se ancorada permanentemente ao fundo do mar – ao estado costeiro), nunca a um "estado internacional." Na zona econômica exclusiva (ZEE) de um estado costeiro, é necessário o seu consentimento; sem ele, um assentamento marítimo cai sob a soberania do estado, no mais tardar, nas águas costeiras (zona de 12 NM).

Requisitos técnicos:

A construção de enormes estruturas flutuantes requer investimentos massivos e tem estabilidade, suporte à vida, energia, logística, etc. Elas também devem cumprir as regulamentações de navegação internacional (SOLAS, Código ISPS) e podem precisar ser classificadas como instalações semelhantes a cruzeiros.

Reações dos estados:

Muitos estados veem os seasteads com ceticismo. Por exemplo, a Tailândia teve um seastead experimental rebocado de Phuket em 2020 porque o governo o considerou uma "violação da soberania"[6]. A cidade flutuante planejada pela empresa **Blue Frontiers** na Polinésia Francesa parou:

embora houvesse um memorando com a administração local em 2017, o governo francês declarou o acordo ilegal após as eleições[7]. Esses exemplos mostram: mesmo com aprovação formal (memorando do estado anfitrião), a pressão política ou as leis internacionais podem fazer com que um projeto de seasteading falhe.

Zonas Econômicas Especiais (ZEE)

As Zonas Econômicas Especiais são áreas demarcadas dentro de um estado existente com regras econômicas especiais. Normalmente, o estado concede benefícios fiscais e aduaneiros, leis trabalhistas relaxadas ou apoio à infraestrutura. Legalmente, as ZEE são geralmente estabelecidas por legislação nacional e colocadas sob sua própria autoridade administrativa.

Eles costumam ter impostos corporativos reduzidos, tarifas de 0% sobre importações ou exportações e menos regulamentação para atrair investidores.



Exemplos de melhores práticas incluem Shenzhen (China), Portos de Dubai (EAU) ou as Zonas de Exportação na Índia e na África. As ZEE são bem-sucedidas quando há regras claras, estabilidade política e boa infraestrutura.

Estrutura legal:

Normalmente, o parlamento central ou o presidente promulga uma lei de ZEE que cria uma **autoridade de ZEE**. Essa autoridade pode arrendar ou conceder terras a investidores. Na prática, os desenvolvedores adquirem direitos de uso da terra por meio de **contratos de arrendamento de longo prazo**, frequentemente por 20 a 50 anos. Em Gana, por exemplo, a autoridade de ZEE pode arrendar ou vender terras a longo prazo[8].

Melhores práticas:

Zonas de sucesso investem em infraestrutura (portos, aeroportos, energia) e oferecem aos investidores garantias legais e de investimento. A administração deve ser transparente e livre de corrupção. Muitas ZEE dependem de incentivos como isenção de imposto de importação, burocracia simplificada e leis trabalhistas especiais.

Contratos de arrendamento com estados: Um operador privado ou empresa internacional poderia celebrar um contrato para arrendar terras. Esses contratos de arrendamento devem cumprir as condições estruturais do país anfitrião (por exemplo, planos de investimento, regulamentações ambientais). Por exemplo, os estados podem arrendar terras a desenvolvedores estrangeiros que, em seguida, operam de forma amplamente independente dentro da ZEE.

Dessa forma, a **soberania permanece com o país anfitrião**, enquanto a zona desfruta de grande liberdade econômica.

Acordos de Estado Anfitrião

Acordos de Estado Anfitrião são tratados nos quais um país concede a outro (ou a uma organização internacional) certos direitos ou imunidades em seu território.

Esses acordos definem, por exemplo, o status legal de uma instituição, regulamentações de visto, isenções fiscais ou garantias de imunidade.

Exemplos bem conhecidos são os acordos de sede com as organizações da ONU (o acordo dos EUA para a sede da ONU em Nova Iorque) ou com a UE e a OTAN.

No contexto da Fundação de um Estado, eles poderiam parecer assim:



Regulamentação do status legal:

O estado ou investidor recebe uma certa personalidade legal (por exemplo, equivalência legal a uma Organização Internacional)[9].

Privilégios/Imunidades: Isenções de certas leis locais, imunidade de processos legais ou isenção de deveres de importação.

Exemplo:

Um acordo assinado em 2023 pelos Países Baixos com um projeto do Conselho da Europa sobre o "Registro de Danos da Ucrânia" concede a este registro privilégios de local, bem como a liberdade operacional necessária (impostos, alfândega, imunidade)[9].

Serviços:

O país anfitrião garante infraestrutura (por exemplo, terra, eletricidade, telecomunicações) e auxilia com vistos ou pessoal.

Regulamentação tributária:

O país anfitrião muitas vezes concede isenção fiscal ou taxas tributárias especiais para investidores.

Um caso modelo é o Acordo de Sede de Genebra: ele garante que a organização internacional possa operar lá como se estivesse localizada extraterritorialmente. Para uma comunidade recém-fundada, acordos semelhantes poderiam determinar as condições sob as quais opera – mas sempre formalmente sob a soberania do estado anfitrião.

Bancário, Sistemas Monetários e Conformidade

Qualquer nova entidade ou entidade autônoma precisa de um sistema financeiro. Os seguintes aspectos são centrais:

Bancário:

Ou é estabelecido um sistema bancário separado (com um banco central) ou o território adota uma moeda estrangeira e regulamentações de licença bancária. Os recém-chegados enfrentam obstáculos: sem reconhecimento oficial, pode ser difícil encontrar bancos correspondentes (para acesso ao SWIFT) ou obter licenças.

Exemplo Somaliland:

Até 2012, não havia bancos formais; as transferências de dinheiro eram realizadas por



empresas de transferência de dinheiro do exterior[10]. Somente com o aumento do comércio Somaliland começou a introduzir leis bancárias e criar um banco central[11][10].

Sistema monetário:

Uma nova comunidade pode emitir sua própria moeda, adotar uma existente (dolarizar) ou usar criptomoedas. Estabelecer seu próprio dinheiro requer confiança e controle da oferta monetária – sem aceitação internacional, permanece dependente do escambo ou de moedas estrangeiras. Muitos pequenos estados como Mônaco (Euro sem membresia na UE) ou Dubai (Dirham) utilizam moedas de potências vizinhas ou moedas de reserva internacionais.

Conformidade (KYC/AML):

Para entrar no sistema financeiro global, a nova entidade deve aderir a altos padrões de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (critérios do FATF). Os bancos exigem verificação de identidade dos clientes (KYC) e relatam casos suspeitos (AML). Falhas podem ter consequências sérias: de acordo com o FMI, medidas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro podem levar à perda de bancos correspondentes, significando que os bancos se recusam a cooperar com um centro financeiro arriscado[12].

Um novo estado deve, portanto, promulgar leis de AML, concordar com uma troca internacional de informações e, possivelmente, ingressar no Grupo Egmont (rede de inteligência financeira). Sem essa conformidade, a confiança de outros atores financeiros despeca.

Construção Digital de Estados:

E-Residência, Governança de Blockchain, Constituições Digitais

A digitalização abre novas formas de exercer funções estatais:

E-Residência:

A Estônia introduziu o primeiro **programa de E-Residência** do mundo em 2014. Desde então, qualquer pessoa pode obter uma identidade digital estoniana para iniciar um negócio e abrir contas bancárias online – sem estar fisicamente presente[13].

Essa "cidadania digital" não concede direitos de passaporte, mas facilita a gestão de negócios internacionais. O governo estoniano até chama o programa de "nova nação digital" e espera que, eventualmente, haja



mais E-Residents do que cidadãos reais[14].

Outros países (por exemplo, Lituânia, Ucrânia) estão considerando modelos semelhantes.

Governança de Blockchain:

Em teoria, as ações do governo e as leis poderiam ser representadas como **contratos inteligentes** em uma blockchain. Alguns projetos estão experimentando sistemas de votação descentralizados (por exemplo, usando um DAO – organização autônoma descentralizada). A tecnologia blockchain pode gerenciar identidades e contratos de forma à prova de manipulação.

Constituições Digitais:

Conceitos como **Bitnation** demonstraram como princípios constitucionais podem ser armazenados na blockchain. A Bitnation publicou sua constituição digital "Pangea" como um contrato inteligente na Ethereum em 2016[15].

Os primeiros dez artigos deste documento foram armazenados na blockchain e servem como uma estrutura eternamente válida que é interpretada apenas pelo consenso de seus membros[15].

Esses modelos ainda são experimentais, mas demonstram que uma comunidade pode fixar direitos e procedimentos fundamentais "em código." Até agora, eles operam *de facto* ao lado de sistemas legais tradicionais; teoricamente, no entanto, poderiam ganhar validade em um coletivo digital.

Micronações – Exemplos e Insights

Numerosas **micronações** se declararam, mas raramente alguma desfruta de reconhecimento internacional. Esses exemplos e suas "lições" são instrutivos:

Principado de Sealand (desde 1967):

Proclamado em uma antiga fortaleza no Mar do Norte, Sealand sempre permaneceu um exemplo curioso sem soberania. Nenhum outro estado reconhece sua soberania[16].

As decisões judiciais no Reino Unido também não tomaram uma posição clara, uma vez que a plataforma estava fora das águas territoriais daquela época. Sealand vende objetos de título (Baronete,



passaportes) mais como uma atração turística.

Principado de Hutt River (1970-2020):

Uma família agrícola australiana declarou suas terras um "Principado" em 1970 em protesto contra as cotas de colheita. Durante décadas, operou como um microestado excêntrico, com sua própria moeda e documentos – mas foi completamente isolado internacionalmente. A Austrália nunca reconheceu Hutt River[17].

Após altas dívidas fiscais e perdas pandêmicas, o "pequeno estado" foi dissolvido em 2020[17].

Lição:

Sem pontes para o estado-mãe e reservas concretas, tal projeto não pode sobreviver por gerações.

Liberland (desde 2015):

Libertários tchecos reivindicaram uma parte de fronteira não resolvida no Danúbio entre a Croácia e a Sérvia e proclamaram "Liberland." Apesar de elaboradas turnês promocionais e passaportes virtuais, Liberland não recebeu **nenhum reconhecimento oficial de qualquer estado da ONU**[18].

A polícia croata bloqueia o acesso. Liberland continua sendo um experimento político (e um tributo aos paraísos fiscais), mas é *de facto* nada.

Outros:

Existem muitas anedotas sobre dezenas de outros (Molossia em Nevada, República Conch em Key West como uma piada, Sealand e Hutt River como ímãs turísticos), mas quase nenhuma entidade política duradoura. Em geral, isso mostra:

A existência legal do estado requer mais do que um código de estado autoescolhido ou ideias extravagantes. Sem força e alianças com poderes, permanece-se do lado de fora. Tentativas extorsivas (Hutt River declarou guerra à Austrália em 1977) não mudam nada fundamental.

Lições:

Micronações demonstram que um verdadeiro estado independente não pode existir sem reconhecimento ou permissão de suas circunstâncias.



A tolerância vizinha pacífica (ou aquiescência do estado) pode ser útil para o turismo, mas para o reconhecimento legal internacional (de jure), é necessário um consenso nas políticas de outros estados. Quase todas as micronações terminaram assim que os quadros políticos mudaram.

Estratégias Diplomáticas para Reconhecimento

Obter **reconhecimento de facto ou de jure** é uma tarefa estratégica central. Os caminhos e táticas possíveis incluem:

Reconhecimentos Bilaterais:

Primeiro, tenta-se conquistar estados influentes como apoiadores. Acordos de amizade ou comércio, visitas de representantes do estado ou ofertas de assistência ("participaremos na infraestrutura em troca do reconhecimento") podem conquistar aprovação. Cada ato diplomático (abertura de uma embaixada, visita de estado) pode ser interpretado como reconhecimento implícito[19].

Organizações internacionais: Após a fundação, busca-se a membresia na ONU (ou pelo menos status de observador).

As regras da ONU exigem uma aplicação formal ao Secretário-Geral e uma recomendação do Conselho de Segurança da ONU (sem votos de veto!)[19], seguida de uma maioria de 2/3 na Assembleia Geral. Se bem-sucedido, o estado seria formalmente aceito. Organizações menores (OMS, UNESCO, FMI) podem muitas vezes ser integradas com uma simples maioria e oferecem legitimidade.

Aceitação de facto: Às vezes, é suficiente que outros estados **interajam efetivamente com a nova entidade** (por exemplo, abrindo missões comerciais ou emitindo vistos). Isso também pode ser considerado reconhecimento tácito[19].

Argumentos legais:

Legalmente, havia estruturas destinadas a prevenir o reconhecimento: a Carta da ONU, por exemplo, proibia ganhos territoriais ilegais (Rodésia, Chipre do Norte foram ostracizados por muitos estados nas décadas de 1960/70[20]).

Por outro lado, a Corte Internacional de Justiça decidiu em 2010 que o direito internacional geral não conhece nenhuma proibição geral sobre declarações de independência para novos estados[21].

Assim, qualquer declaração de independência não é ilegal em si mesma – seu sucesso é, em última análise, político.

Pressão e compromisso:



Um acordo negociado com o estado soberano anterior pode permitir o reconhecimento (por exemplo, Mandela negociou com a África do Sul do apartheid).

Sem diálogo, há uma ameaça de sanções ou ameaças de estados que veem seus próprios interesses em jogo. Ocasionalmente, são feitas concessões (partes de um território, direitos de minorias) para que o governo predecessor concorde.

É importante notar:

O reconhecimento é um gesto político. Pode – assim como no caso de Israel ou Kosovo – depender de interesses geopolíticos.

Um amplo apoio (incluindo de países emergentes) é frequentemente necessário para convencer poderes ambivalentes. Um estado reconhecido de jure só recebe direitos abrangentes (por exemplo, um assento na ONU, imunidade diplomática).

Portanto, os diplomatas devem enfatizar posições cooperativas (por exemplo, compromisso com a paz, benefícios econômicos, proteção ambiental) e apresentar sua iniciativa como construtiva.

Requisitos de Seguro para Projetos Offshore

Offshore e construções (plataformas de perfuração, cidades flutuantes, plataformas móveis) envolvem vários riscos.

s.

Os padrões internacionais de seguros são, portanto, baseados em coberturas especiais. Os seguros típicos incluem[22][23]:

Seguro de propriedade e interrupção de negócios: Políticas padrão como a **Forma Padrão de Barge de Perfuração de Londres** ou a **Política de Plataforma de Londres** cobrem danos materiais à instalação, interrupção de negócios (perda de receita) e riscos especiais durante o transporte/instalação[24][22].

Por exemplo, existem **seguros de "Perda de Lucro"** (perda devido a um acidente) e **seguros de "Controle de Poço"** contra explosões de poço (explosões, vazamentos de petróleo/gás)[22].

Seguro de responsabilidade:

Na indústria de navegação, um Clube de Proteção e Indemnização (P&I) geralmente cuida da cobertura de responsabilidade. Clubes especiais (Standard Club, GARD, etc.) oferecem apólices para instalações flutuantes de perfuração e produção.

Eles cobrem, entre outras coisas, **lesão pessoal e dano por colisão**,



"knock-for-knock" responsabilidade entre parceiros contratuais, e dano ambiental[23].

No caso de um acidente com vazamento de óleo, a apólice cobre os custos de limpeza ambiental e reivindicações de terceiros. Os custos de salvamento (remoção de destroços) e compensação a terceiros (incluindo multas por violações ambientais) também costumam estar cobertos[23].

Segurança ocupacional:

Devido aos padrões marítimos aplicáveis (Código ISM, STCW), o projeto também deve fornecer seguro de tripulação e seguro de acidentes ocupacionais. As apólices de P&I frequentemente incluem benefícios para lesões pessoais da tripulação[23].

Exemplo de um risco ambiental: Manchas de óleo em uma costa. Seguros de responsabilidade ambiental especiais para a indústria offshore protegem contra tais danos ambientais (poluição por óleo)[22][23].

Em resumo: Todo estado ou operador offshore precisa de cobertura abrangente. Além da cobertura básica para a instalação em si e interrupção de negócios, padrões de segurança rigorosos (classes IMO/ISO) se aplicam para aprovação.

Sem impecável seguro, não há nem uma licença de construção nem uma licença de funcionamento

Estruturas Fiscais Internacionais

Um novo estado ou zona autônoma é tratado como um território independente para fins fiscais. Deve cumprir normas internacionais para evitar desestimular parceiros econômicos:

Transparência Fiscal:

Para evitar ser rotulado como um paraíso fiscal, a nova entidade deve seguir as normas da OCDE/UE (troca de informações financeiras, combate à evasão fiscal). Caso contrário, pode acabar em listas de sanções.

Por exemplo, a atual "lista negra" da UE inclui microminúsculos como **Anguilla, Palau ou Vanuatu** como paraísos fiscais não cooperativos[25].

As jurisdições listadas enfrentam desvantagens financeiras: como acesso mais limitado a mercados e controle mais rigoroso por parte dos parceiros comerciais.

Acordos de Dupla Tributação (DTA):

Para evitar desencorajar investidores e o comércio com dupla tributação, a nova entidade y



deve concluir acordos fiscais bilaterais. Se tais acordos estiverem ausentes, impostos retidos e taxas frequentemente se aplicam na taxa máxima, o que desestimula parceiros econômicos. Acordos sobre a troca de informações (TIEAs) e, idealmente, a membresia na rede de informações fiscais da OCDE são igualmente importantes.

Iniciativas internacionais:

Grandes potências e organizações introduziram taxas mínimas de impostos e regras anti-BEPS. Desde 2023, uma taxa mínima global de 15% sobre os lucros corporativos está em vigor (para muitos) (projeto BEPS da OCDE – "Pilar 2"). Um novo estado deve criar uma estrutura para isso; caso contrário, conflitos com países da OCDE são prováveis. A conformidade com as normas de combate à lavagem de dinheiro (veja acima) e acordos como o FATCA (EUA) ou CRS (OCDE) também é necessária para garantir relacionamentos bancários.

Classificação legal: As regulamentações fiscais internacionais são baseadas no reconhecimento como uma jurisdição soberana. Apenas estados podem concordar em paradigmas fiscais oficiais. Uma entidade pouco considerada teria que provar que existe de forma confiável e permanente; caso contrário, as organizações se recusarão a incluí-la em acordos fiscais multilaterais.

Conclusão:

Sem um sistema tributário moderno e transparente, um novo estado pode facilmente se tornar isolado. A aceitação pela OCDE/UE depende de sua adesão às regras globais.

A experiência com paraísos fiscais mostra que a falta de cooperação resulta rapidamente em contramedidas (restrições, maiores impostos retidos por parceiros comerciais).

Portanto, entidades políticas recém-fundadas devem ancorar desde o início sistemas fiscais claros e confiáveis em sua constituição e buscar acordos internacionais[25].



Fontes:

Uma avaliação cuidadosa dos textos modernos de direito internacional (Convenção de Montevidéu[1][26]), regulamentações da ONU/IMO, bem como publicações especializadas sobre seasteading[3][5][6][7], zonas econômicas especiais[8], acordos de estado anfitrião[9], sistemas financeiros e conformidade[11][10][12], construção digital de estados[13][15], micronações[17][18][16], práticas de reconhecimento[19], seguros offshore[24][22][23], e política fiscal internacional[25].

[1] [26] Projeto Avalon: Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados (interamericano); 26 de dezembro de 1933 https://avalon.law.yale.edu/20th_century/intam03.asp

[2] eda.admin.ch https://www.eda.admin.ch/dam/eda/pt/documents/das-eda/organisation-eda/dv/voelkerrechtliche-anerkennung-staaten-regierungen_DE.pdf

[3] [4] Paraísos de Ilhas Tecnológicas Soberanas Flutuantes? Sobre a Estrutura Legal e o Status das Ilhas Artificiais Flutuantes nos Altos Mares - Blog de Direito Internacional <https://internationallaw.blog/2023/11/13/floating-sovereign-tech-island-paradises-on-the-legal-framework-and-status-of-floating-artificial-islands-in-the-high-seas/>

[5] cs.brown.edu https://cs.brown.edu/courses/csci1800/sources/assignments/ONU_Convention.pdf

[6] Seasteading – um projeto de vaidade para os ricos ou o futuro da humanidade? | Oceano | TheGuardian <https://www.theguardian.com/environment/2020/jun/24/seasteading-a-vanity-project-for-the-rich-or-the-future-of-humanity>

[7] Projeto da Cidade Flutuante – O Instituto Seasteading <https://www.seasteading.org/floating-city-project/>

[8] journalofspecialjurisdictions.com
<https://journalofspecialjurisdictions.com/index.php/ij/article/download/43/20/194>

[9] Acordo de Estado Anfitrião entre o Reino dos Países Baixos e o Conselho da Europa referente à sede do registro de danos causados pela agressão da Federação Russa contra a Ucrânia; Estrasburgo, 14 de julho de 2023 <https://rd4u.coe.int/documents/358068/372244/Host+Estado+Agreement.pdf/e6e12d32-69fe-5767-9147-11bbfef8f5f0?t=1708702341162>

[10] [11] Somaliland avança para uma nova era bancária | O futuro do desenvolvimento | O



Guardian <https://www.theguardian.com/global-development/2012/jul/23/somaliland-towards-news-bancário-era>

[12] Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo <https://www.imf.org/en/Topics/Financial-Integrity/amlcft>

[13] [14] E-Residência da Estônia & Governança de Blockchain, Explicado - CoinCentral <https://coincentral.com/estonia-e-residency-blockchain-governance-explained/>

[15] sciencespo.fr

<https://www.sciencespo.fr/public/chaire-numerique/wp-content/uploads/2023/11/chaire-digitale-g-tusseau-consitutionalism.pdf>

[16] O Principado de Sealand | Geografia da

UC <https://legacy.geog.ucsb.edu/the-principality-of-sealand/>

[17] A Província do Rio Hutt de WA, a micronação mais antiga da Austrália, prestes a reintegrar-se à Comunidade das Nações - ABC

News <https://www.abc.net.au/news/2020-08-03/hutt-river-province-dissolves-into-commonwealth/12518898>

[18] Liberland - Wikipedia

<https://en.wikipedia.org/wiki/Liberland>

[19] [20] [21] Reconhecimento Diplomático -

Wikipedia https://pt.wikipedia.org/wiki/Diplomatic_recognition

[22] [23] [24] Seguro de plataformas de petróleo

offshore <https://www.atlas-mag.net/pt/article/insurance-of-offshore-oil-platforms>

[25] Lista da UE de jurisdições não cooperativas para fins fiscais -

Consilium <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-list-of-non-cooperative-jurisdictions/>

👓 **Saiba mais sobre isso:**

🌐 Site - WSD - Escritura de Sucessão Mundial
1400/98 <http://world.rf.gd>

🌐 Site - Tecnocracia Elétrica <http://ep.ct.ws>

📘 Leia os eBooks & Baixe PDF grátis: <http://4u.free.nf>

🎥 Canal do YouTube <http://videos.xo.je>

🎙 Programa de Podcast <http://nwo.likesyou.org>

🚀 Página Inicial WSD & Paraíso Elétrico <http://paradise.gt.tc>

🗣 Participe do Chat NotebookLM WSD: <http://chat-wsd.rf.gd>

🗣 Participe do Chat NotebookLM Paraíso Eletrônico: <http://chat-et.rf.gd>

🗣 Participe do Chat NotebookLM Construção de Nações: <http://chat-kb.rf.gd> <http://micro.page.gd>

📚 Livro de Histórias de Micronação: O Guia do Slactivista para Salvar uma Floresta (Declarando-o um País) <https://g.co/gemini/share/9fe07106afff>

📜 Memórias do Comprador: Uma Jornada para a Soberania Involuntária <http://ab.page.gd>

👤 Blog Blacksite: <http://blacksite.iblogger.org>



🎧 Cassandra Cries - Icecold AI Music vs Terceira Guerra Mundial no SoundCloud <http://listen.free.nf>

🎧 Esta é música anti-guerra <http://music.page.gd>

👉 Apoie nossa Missão: <http://donate.gt.tc>

🛍️ Apoie a Loja: <http://nwo.page.gd>

👉 Apoie a Loja de Produtos: <http://merch.page.gd>

📘 Renda Básica Universal / Incondicional (RBU) <http://ubi.gt.tc>

💻 Livro de Histórias da RBU: Wishmaster e o Paraíso das Máquinas: <https://g.co/gemini/share/4a457895642b>

🎥 Vídeo explicativo do YouTube sobre Renda Básica Universal (RBU): <https://youtu.be/cbyME1y4m4o>

🎧 Episódio do Podcast sobre Renda Básica Universal (RBU): <https://open.spotify.com/episode/1oTeGrNnXazJmkBdyH0Uhz>

🌐 Vídeo: Sonhe Seu Próprio Estado na Realidade <https://youtu.be/zGXLeYJsAtc>

🌐 Vídeo: Como Começar Seu Próprio País (Sem Ser Preso) https://youtu.be/KTL6imKT3_w

📜 Vídeo: Bandeiras, Leis e Terra de Ninguém: A Anatomia de um Microestado Moderno <https://youtu.be/ToPHDtEA-JI>

🛠️ Soberania da Micronação DIY: Constituição & Instruções passo a passo para declarar independência <https://youtu.be/WsJetljF5Q>

🚀 Sua Nação em 30 Dias: Ideia, Território, Conceito, Plano <https://youtu.be/JSk13GnVMdU>



Blogpost:

👉 RBU - Renda Básica Incondicional e Tecnocracia

Eletônica <https://worldsold.wixsite.com/electric-technocracy/post/rbu-renda-basica-incondicional-e-tecnocracia-eletronica>

👉 BGE - Renda Básica Incondicional e a Tecnocracia

E

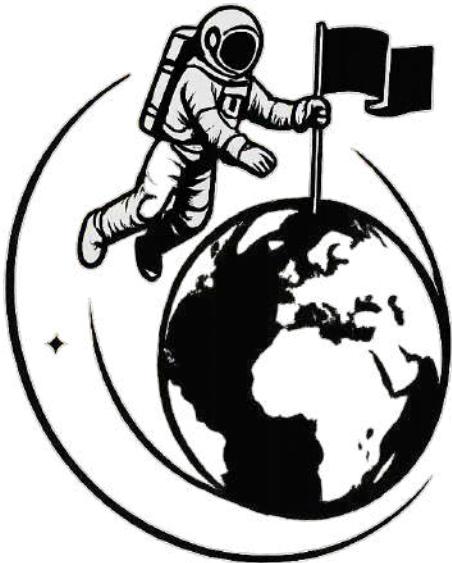
Eletônica <https://worldsold.wixsite.com/electric-technocracy/de/post/bge-bedingungsloses-grundeinkommen-elektronische-technokratie>

🚩 Agora ou Nunca: Fundar Seu Próprio Estado – Soberania com Apoio de

IA <https://worldsold.wixsite.com/world-sold/en/post/ai-chat-now-or-never-establish-your-own-state>

🚩 Agora ou Nunca: Fundar Seu Próprio Estado – Soberania com Acompanhamento de Chat de

IA <https://worldsold.wixsite.com/world-sold/post/deinen-eigenen-staat-gruenden-souveraenitat-mit-ki-chat-begleitung>



World
Succession
Deed
1400/98